UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUISTA FILHO"
Campus de Marília

PROFSOCIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO".
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – MARÍLIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL – PROFSOCIO - UAB-UFC-UNESP MARÍLIA

VANESSA DE SOUZA SILVA

TRANSGENERIDADE: CARTILHA PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA E INCLUSIVA

MARÍLIA - SP

2024

VANESSA DE SOUZA SILVA

Transgeneridade: cartilha para uma reflexão crítica e inclusiva

Material Pedagógico apresentado como parte da experiência para a conclusão da Pós –graduação do programa de Mestrado em Rede Nacional - PROFSOCIO, sob orientação da Prof.(a) Dr.(a) Rosângela de Lima Vieira. Submetida à UNESP – Universidade Estadual Paulista de Marília "Júlio Mesquita Filho"-SP/campus de Marília.

Área de concentração: Ensino de Sociologia

Linha de pesquisa: Práticas de ensino e conteúdos curriculares

MARÍLIA

2024

S586t

Silva, Vanessa de Souza
Transgeneridade : cartilha para uma reflexão crítica e inclusiva / Vanessa de Souza Silva. -- Marília, 2024
104 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Rosângela de Lima Vieira

1. Transgeneridade. 2. Cartilha. 3. Material Pedagógico. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

VANESSA DE SOUZA SILVA

TRANSGENERIDADE: CARTILHA PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA E INCLUSIVA

Material Pedagógico apresentado como parte da experiência para a conclusão da Pós –graduação do programa de Mestrado em Rede Nacional - PROFSOCIO, sob orientação da Prof.(a) Dr.(a) Rosângela de Lima Vieira. Submetida à UNESP – Universidade Estadual Paulista de Marília “Júlio Mesquita Filho”-SP/campus de Marília.

Área de concentração: Ensino de Sociologia

Linha de pesquisa: Práticas de ensino e conteúdos curriculares

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Rosângela de Lima Vieira

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

_____

Prof(a). Dr(a). Maria Valéria Barbosa

UNESP/FFC - Marília/SP

_____

Prof(a). Dr(a). Ana Cláudia Figueiredo Rebolho

Educação Escolar / UNICEP - Campus São Carlos

Marília, 25 de março de 2024

DEDICATÓRIA

Aos (às) estudantes LGBTQIA+, especialmente ao público trans, que com seus corpos, afetos e existência são resistência no espaço escolar. Aos (às) professores (as) comprometidos (as) com uma educação voltada para os direitos humanos e, consequentemente, pela diversidade e que mesmo diante dos vários desafios impostos por uma época marcada por contradições e discursos reacionários seguem lutando pelos direitos negados por uma sociedade marcada pela heterossexualidade e cisgeneridade compulsórias.

AGRADECIMENTOS

À professora Rosângela Vieira que com seus conhecimentos, sensibilidade e generosidade permitiu que este percurso fosse marcado por aprendizados e vivências que levarei para a vida.

Aos (às) professores (as) do PROFSOCIO que, no desenvolvimento deste Programa de Mestrado, contribuíram com reflexões imprescindíveis em relação ao fazer pedagógico, seja na escola ou em uma Diretoria de Ensino. Todos (as) os (as) docentes foram importantes neste processo, porém destaco o apoio, orientações e delicadeza da Dra. Maria Valéria Barbosa, atitudes fundamentais para o início desta jornada.

Agradeço aos meus grandes amigos, Jailson Moreira e Simone Santos pelo incentivo ao ingresso no PROFSOCIO e por contribuírem com apoio e acolhimento em momentos de dificuldades durante o processo. Gratidão ao Adriano Biajone, amigo e parceiro de trabalho na pasta DSG, pelas trocas e diálogos que contribuíram com importantes subsídios para a construção deste trabalho. Aos (às) professores (as) participantes deste trabalho pela contribuição no grupo focal ou como respondentes do questionário aplicado durante a pesquisa, etapas essenciais para a construção da cartilha.

À Eonice Domigos da Silva, Dirigente Regional de Ensino, Região Sul 3, pelo incentivo e por, em momentos pontuais, viabilizar a concretização deste momento, além de conceder a oportunidade de fazer parte do Núcleo Pedagógico, local onde aprendi muito do que apresentei neste material. Agradeço aos meus colegas de NPE e, em especial, ao Professor Especialista em Currículo Eduardo Alves, colega generoso, que em várias oportunidades compartilhou conhecimentos fundamentais para o enriquecimento deste trabalho. Outra pessoa importante nesta caminhada com a temática de diversidade sexual e de gênero, é a supervisora Angelita Nunes e sempre serei grata pelo apoio, coragem e generosidade.

Agradecimento especial aos meus familiares, principalmente à minha irmã Karina, pelo o apoio e incentivo de sempre, e aos (às) amigos (as) queridos (as) por acreditarem em minhas ideias, projetos e os apoiarem, sempre.

Por fim, agradeço às professoras que fizeram parte da banca, tanto de qualificação, processo que enriqueceu a construção da cartilha, quanto da defesa, a Dr(a). Maria Valéria Barbosa, Dr(a). Ana Cláudia Rebolho e Dr(a). Rosângela Vieira.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo construir um material pedagógico, no formato de cartilha, para os professores da Rede de Ensino do Estado de São Paulo da Diretoria de Ensino Sul 3 com o objetivo de contribuir para que os (as) docentes desta Diretoria sejam introduzidos (as) ao conceito de transgeneridade e possam aprofundar seus conhecimentos em relação ao tema. A partir de uma análise das legislações vigentes que tratam dos direitos dos/as estudantes transexuais, travestis e transgênero, da fragilidade da temática na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos materiais didáticos da área de Ciências Humanas e uma escuta com os (as) educadores (as) de unidades escolares com o maior número de estudantes identificados (as) como trans demonstraremos a importância e a necessidade de se construir um conjunto de conhecimentos sobre um público que está presente nas escolas estaduais e representam, muitas vezes, um desafio para a equipe gestora, agentes escolares e, sobretudo, para a equipe docente e que se constitui como um grupo socialmente vulnerável. A metodologia utilizada consiste na coleta de dados a partir da observação direta extensiva, utilizando a aplicação de um questionário com um grupo de professores (as) que atuam em uma escola com forte presença de estudantes trans. Além disso, construiremos a cartilha coletivamente contando com a participação de um grupo focal composto por professores (as) de uma segunda unidade escolar com um expressivo número de estudantes transgênero.

Palavras-chave: transgeneridade; cartilha; material pedagógico

ABSTRACT

The objective of this work is to develop pedagogical material, in the form of a booklet, for teachers within the São Paulo State Education Network, specifically targeting the South 3 Education Directorate. The aim is to assist teachers in this Directorate in familiarizing themselves with the concept of transgenderism and enhancing their understanding of the subject.Through an examination of current legislation pertaining to the rights of transsexual, transvestite, and transgender students, along with an assessment of the weaknesses within the National Common Curricular Base (BNCC), and the available teaching materials in the Humanities field, and insights gathered from educators in schools with a significant number of transgender students, we will demonstrate the necessity and importance of building a comprehensive understanding of this student demographic that is present in state schools and often represents a challenge for the management team, school agents and, above all, for the teaching staff and that constitutes a socially vulnerable group. The methodology used consists of data collection based on extensive direct observation, using a questionnaire with a group of teachers who work in a school with a strong presence of trans students. In addition, we will collectively build the booklet with the participation of a focus group made up of teachers from a second school with a significant number of transgender students.

Key words: transgenderism; booklet; pedagogical material

Lista de Tabela

Tabela 1 – Gênero dos respondentes 35

Tabela 2 – Faixa etária dos respondentes 35

Tabela 3 – Atuação por área de conhecimento 36

Tabela 4 – Conhecimentos e a segurança que possui para abordar as temáticas de gênero, identidade e expressão de gênero e orientação sexual e afetiva 36

Tabela 5 – A compreensão e a segurança que possui em relação aos conceitos de cisgeneridade, transgeneridade, homossexualidade, etc. 37

Tabela 6 – Lecionou em salas de aula que tinham, entre os/as estudantes, educandos/as transgênero? 37

Tabela 7 – É favorável ao uso dos banheiros, pelos/as estudantes trans, a partir do gênero que a pessoa se identifica? 38

Tabela 8 – Você acredita que o/a estudante, menor de idade, que se identifica como transgênero, mas não tem autorização dos responsáveis para utilizar o nome social, deve ser chamado, ao menos no âmbito oral, por um nome pelo qual se identifica?..... 39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

1.1 Breve histórico de uma trajetória no projeto de Educação para a Diversidade Sexual e de gênero e a LGBTfobia no ambiente escolar 12

2. A TRANSGENERIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR: CONHECENDO A LEGISLAÇÃO E REFLETINDO SOBRE OS IMPACTOS DAS AUSÊCIAS NO CURRÍCULO 19

2.1 Conceitos de identidade juvenil, gênero e transgeneridade 24

2.2 Um ensino para a transgressão e inclusão 30

3 PROPOSTA METODOLÓGICA: SÍNTESE 36

3.1 Análise do questionário: Escuta e estudo das percepções dos (as) docentes de uma escola do extremo da Zona Sul de São Paulo 37

3.1.1 Análise do questionário: Desafios e dificuldades para adaptação dos (as) estudantes trans no espaço escolar 43

3.2 Grupo focal: percurso para a construção da cartilha 46

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 52

REFERÊNCIAS 54

ANEXO – LINK DA CARTILHA NA VERSÃO COM HIPERLINKS E NA ÍNTEGRA COM QR CODES..... 59

1. Introdução

1.1 Breve histórico de uma trajetória no projeto de Educação para a Diversidade Sexual e de gênero e a LGBTfobia no ambiente escolar

No ano de 2021, ao assumir o cargo de Professora Coordenadora de Núcleo Pedagógico na Diretoria de Ensino Sul 3, a maior do Estado de São Paulo, recebi, entre outras atribuições, a pasta de Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero em que seria responsável por apoiar projetos, propostas pedagógicas para as diferentes áreas do conhecimento e orientar as equipes em relação à temática de gênero. Neste percurso, para obtenção de dados sobre o perfil dos estudantes referente à identidade de gênero, pude acessar uma realidade composta por um número reduzido de estudantes transgêneros com nome social regulamentado na documentação interna da unidade escolar, em uma Diretoria que é composta por 106 escolas, sendo duas indígenas.

A partir disso, ao iniciar propostas de formação para orientar e contribuir com a educação sobre os temas relacionados as diversas identidades de gênero e de orientação sexual para as equipes escolares da Diretoria, pude identificar que as dificuldades em relação ao tratamento adequado dos (as) estudantes trans ocorriam em relação aqueles que tinham o nome regulamentado através do requerimento feito pelos responsáveis por esses (as) alunos (as), mas principalmente quando há resistência das famílias em reconhecer e respeitar as diferentes identidades de gênero dos jovens.

Ao identificar estas dificuldades, achei importante insistir em propostas formativas, mesmo diante dos percalços para conseguir espaço para inserção destes temas, utilizando a legislação vigente e a construção de conhecimentos relacionados aos conceitos de diversidade sexual e de gênero, porém foi possível identificar resistência, não apenas em decorrência dos problemas para compreensão da temática, mas especialmente pelas percepções que muitos membros das equipes escolares têm desta questão que perpassam pelo preconceito contra aqueles que não performam o padrão cisgênero e heterossexual e receio de tratar de temas que ainda

se apresentam como tabu no interior da comunidade local, tal como em uma sociedade calcada no padrão cisheteronormativo[1] .

Sendo assim, a oportunidade de realizar este trabalho e, principalmente, de acompanhar os conflitos entre os estudantes, o corpo docente e a equipe gestora em decorrência das divergências em relação às questões de gênero e, consequentemente, o impacto na convivência escolar foram as principais motivações para a realização de um trabalho que possa contribuir para a ampliação desta discussão e oferecer subsídios para a compreensão sobre importantes conceitos que fazem parte da formação da identidade de muitos jovens que não encontram em suas famílias, sociedade e até mesmo no espaço escolar o acolhimento e oportunidade de vivenciarem suas formas de ser e expressarem identidades e afetos.

Outro aspecto importante, além das dificuldades relacionadas à compreensão de conceitos relacionados à diversidade sexual e de gênero, as equipes escolares, com alguma frequência, demonstram desconhecimento em relação às legislações que dão subsídios para que os direitos da população LGBTQIA+[2] sejam respeitados no espaço escolar e, mesmo quando têm ciência dos dispositivos legais, demonstram sua insuficiência, sobretudo, nos casos nos quais estudantes que identificam-se como trans são menores de idade e não têm o apoio da família no processo de requerimento para alteração do nome na documentação escolar. Nestes casos é recorrente a resistência de utilizar o nome social até oralmente por receio de represálias das famílias e acabamos diante de uma situação na qual esse (a) jovem é vítima, em dois contextos distintos, do desrespeito à sua identidade de gênero.

Ainda em relação a esta questão legal, é possível inferir que não apenas o receio da oposição das famílias, mas o preconceito estrutural norteia ações ou a ausência destas nas unidades escolares. É frequente haver uma demanda por legislações mais incisivas sobre a pertinência da utilização do trato oral do nome social para o caso de resistência dos responsáveis legais por estudantes menores de idade.

---

[1] Todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. Assim, o corpo feminino sempre coincidirá com um corpo portador de uma biovagina e o corpo masculino sempre coincidirá com um corpo portador de um biopênis (PRECIADO, 2018, p. 134), e esses corpos diferentes sempre se atrairão mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade. (ROSA, 2020, p. 68)

[2] Sigla utilizada para se referir às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres e homens transgênero, queer, intersexuais, agênero e outras identidades de gênero e orientação sexual.

Quando não orientamos a partir de uma legislação “literal”, não é incomum a insistência no uso do nome contido na certidão de nascimento ou outros documentos não retificados.

Nem mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) é suficiente para dissuadir alguns docentes e/ou gestores (as) do uso de um nome que desrespeita a identidade de gênero daquele (a) estudante. A orientação usualmente utilizada parte de uma reflexão em relação ao lugar de sujeito de direitos que esta legislação atribui à criança e ao adolescente, isso inclui o direito de ter sua identidade de gênero respeitada, logo, partindo deste pressuposto, não haveria a necessidade de obtenção da autorização dos responsáveis que, cotidianamente, desrespeitam a identidade destes jovens, ao menos no que diz respeito ao tratamento oral do nome ao qual esse (a) estudante se identifica, no entanto este argumento mostra-se, muitas vezes, insuficiente para diversos membros das equipes docente e gestora.

A partir do que foi exposto, em busca de informações que dessem maiores subsídios para compreender a situação e justificar um projeto focado nesta temática, pesquisei e tive acesso a dados que corroboraram a necessidade de abordar a LGBTfobia no ambiente escolar e construir propostas que combatam este tipo de violência.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016, p. 22):

> Estudos publicados nos últimos dez a quinze anos vêm demonstrando e confirmando cada vez mais o quão a LGBTfobia (medo ou ódio irracionalmente às pessoas LGBT) media os conhecimentos e as práticas no contexto da sociedade brasileira, estas produzindo as mesmas lógicas nas instituições educacionais.

Além disso, demonstrou que a maioria dos (as) estudantes LGBT convive com comentários LGBTfóbicos no espaço escolar, o que contribui para um ambiente escolar hostil. No entanto, este tipo de violência não ocorre apenas por ação ou omissão de colegas de sala, mas de professores (as) e funcionários (as) das unidades escolares.

Partindo destas informações é possível inferir que o ambiente escolar é um espaço hostil para estudantes que não estão de acordo com a cisheteronormatividade que, segundo Rosa (2020, p.100), pode ser compreendida como:

> naturalizada de tal modo que suas regras se tornam culturalmente impostas visando produzir, desde a infância, corpos e subjetividades para que estes sejam cisgêneros e heterossexuais, infligindo punições contra aqueles/as que a subvertem e reforçando comportamentos daqueles/as que se adequam para que (re)produzam outros corpos e subjetividades que se adequem à cisheteronorma.

Ou seja, indivíduos que não estão de acordo com a identidade de gênero e orientação sexual naturalizadas pela sociedade sofrem com situações de violência e constrangimentos e isso inclui o ambiente escolar.

Em relação à legislação vigente, podemos destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) como um importante norteador para as equipes escolares resguardarem os direitos dos (as) estudantes, e é possível inferir que inclui as demandas que estejam relacionadas à diversidade sexual e de gênero e um importante dispositivo legal, específico sobre os direitos dos (as) estudantes LGBTQIA+, de âmbito federal, a Resolução nº12, de janeiro de 2015, que indica o tratamento adequado para estudantes transgênero nas unidades escolares. Além disso, no contexto do Estado de São Paulo, em relação ao respeito do nome social de estudantes transgênero ou transexuais temos a Resolução SE 45, de 18-8-2014, no entanto aprofundaremos a discussão em torno destas legislações no primeiro capítulo deste trabalho.

Retomando os dados da Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016, o clima hostil para os (as) estudantes LGBTQIA+ no ambiente escolar pode ser potencializado se as autoridades educacionais não fazem as devidas intervenções ou até servem de modelo ao proferirem comentários LGBTfóbicos, conforme diz o trecho abaixo (2016, p.32):

> A maioria dos/das estudantes LGBT relata a utilização desenfreada de comentários LGBTfóbicos na instituição educacional, e este comportamento contribui para um ambiente de aprendizagem que é hostil para essa população. Se as autoridades da instituição educacional intervêm pouco quando ouvem comentários preconceituosos na instituição educacional, isto pode transmitir para os/as estudantes a mensagem de que os comentários LGBTfóbicos são tolerados. Além disso, pode ser que os/as próprios/as professores/as e funcionários/as estejam servindo de modelos de comportamentos inadequados e legitimando a utilização de comentários LGBTfóbicos, uma vez que a maioria dos/das estudantes já ouviram professores/as / funcionários/as da instituição educacional fazendo comentários LGBTfóbicos em algum momento.

A partir destas informações que expressam a existência de situações de discriminação e preconceito em função da identidade de gênero e orientação sexual nas instituições escolares do Ensino Básico podemos inferir que são aspectos que reforçam a urgência em propor materiais pedagógicos que possam contribuir com subsídios para que os (as) educadores (as) possam aprofundar seus conhecimentos em relação a conceitos e sobre questões envolvendo um público que vive experiências de violência no espaço escolar.

Dentro deste público, um em específico vivencia uma situação de extrema vulnerabilidade social: a população transgênero, transexual ou travesti. De acordo com o Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021, apesar dos dados não refletirem exatamente a realidade sobre os assassinatos e/ou a violência contra a população trans, sobretudo pela inexistência de informações governamentais sobre violência LGBTIfóbica (2021, p. 18), decorrente de uma subnotificação sistêmica em relação à violência praticada contra essa população, a partir das informações alcançadas, há um recrudescimento das violências praticadas contra a população trans.

Sendo assim, ao retomar as informações tratadas no início, as quais revelam que a LGBTfobia media as práticas da sociedade brasileira e que a mesma lógica norteia as instituições educacionais, é possível inferir que a violência praticada contra a população transexual ou transgênero no contexto social, não está ausente no ambiente escolar.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, através do Centro de Inclusão Educacional, divulgou, na reunião dos interlocutores da pasta de Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero que aconteceu no primeiro semestre de 2022, os dados sobre o número de estudantes com o nome social em relação à matrícula de 2022 e a Diretoria de Ensino Região Sul 3, a maior Diretoria do Estado de São Paulo, com 104 escolas regulares e duas indígenas, conta com 71 estudantes com nome social regulamentado na unidade escolar, porém esta Diretoria possui, segundo o Centro de Informações Educacionais e Gestão da Rede Escolar (CIE), aproximadamente, 99.318 estudantes matriculados. Dados como estes abrem precedente para algumas possibilidades de análise que possam contribuir para compreensão sobre a inexpressiva presença da população trans nas unidades escolares.

O objetivo deste trabalho, portanto, é construir uma cartilha que abordará a transgeneridade no ambiente escolar com foco na educação e sensibilização dos (as) docentes para que possam contribuir para a construção de um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade e, com isso, seja um importante fator para a permanência dos (as) estudantes transgênero na instituição escolar o que é de extrema importância para a construção da cidadania e da democracia.

Nesta cartilha serão apresentados dados sobre a situação de exclusão e violência que a população LGBTQIA+ está exposta no ambiente escolar, bem como sobre conceitos que contribuam para a compreensão em relação à diversidade sexual e de gênero. Além disto, apresentaremos legislações que dão subsídios para a abordagem da temática em sala de aula e outros trazidos pela BNCC, apesar da questão de gênero não surgir com ênfase neste documento. Por fim, o material contará com algumas reflexões que contribuam para a construção de abordagens sobre a diversidade de gênero e orientação sexual e, principalmente, como acolher e incluir, efetivamente, os (as) estudantes trans.

Para tanto, foram desenvolvidos os seguintes capítulos: o primeiro capítulo no qual serão abordados as legislações e o percurso dos conceitos de gênero e orientação sexual na BNCC. Em seguida, trataremos dos conceitos de identidade juvenil, gênero e transgeneridade em que abordaremos sobre o papel da escola para a construção das identidades dos (as) estudantes e a partir da compreensão de que a constituição destas ocorre em decorrência de múltiplos fatores, se comprove a importância de abordar a constituição da identidade de gênero dos jovens.

Além destes aspectos, apresentaremos a base teórica que permeia este trabalho e que está centrada na perspectiva da educação transgressora de bell hooks, a autora faz uma reflexão que trata sobre a importância da implementação de um currículo multicultural, ou seja, propor uma educação que valorize a diversidade e se estruture em uma perspectiva pedagógica que considere diferentes sujeitos do conhecimento.

No capítulo seguinte, apresentaremos o percurso metodológico para a construção da cartilha, o qual será realizado com as contribuições de dois grupos de docentes. O primeiro deles consistirá na coleta de informações com um grupo de docentes que atuam na escola com maior índice de estudantes trans com o nome

social regulamentado na Diretoria de Ensino Sul 3 e o outro formará um grupo focal que contribuirá com a construção da cartilha.

Além disso, detalharemos o processo de construção do material que tem como objetivos realizar uma abordagem sobre a transgeneridade com foco em oferecer um espaço para o compartilhamento dos desafios dos docentes na abordagem das questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual e, especialmente, trazer informações e algumas estratégias que possam contribuir para que os (as) professores (as) acessem possibilidades de abordagens que contribuam para o efetivo respeito à diversidade e garantia da permanência e aprendizagem dos (as) estudantes transgêneros no ambiente escolar.

Por fim, em anexo, apresentaremos a versão final da cartilha com os conteúdos produzidos com o apoio do grupo focal, no entanto será compartilhada a versão, na íntegra, com os *QR Codes* e o *link/QR Code* da versão com os *hiperlinks*. O objetivo é ter o conteúdo disponível para leitura digital e na modalidade impressa.

2. A transgeneridade no espaço escolar: conhecendo a legislação e refletindo sobre os impactos das ausências no currículo

A violência contra a população LGBTQIA+ é uma situação que, conforme foi possível observar, permeia o espaço escolar. No entanto, a discriminação e as violências praticadas contra este público, neste espaço, é um reflexo de um cenário que permeia a sociedade brasileira.

Segundo Schmitz (2023, p. 1), o Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2022 indicou que:

> [...] 256 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros+) foram vítimas de morte violenta no Brasil em 2022: 242 homicídios (94,5%) e 14 suicídios (5,4%). O Brasil continua sendo o país onde mais LGBT+ são assassinados no mundo: uma morte a cada 34 horas. No ano passado, nos Estados Unidos, com 100 milhões de habitantes a mais, foram assassinadas 32 transexuais, enquanto no Brasil, 114 mortes violentas, uma a cada três dias.

Ou seja, o Brasil é um país onde a LGBTfobia[3] é evidenciada pelos altos índices de assassinatos da população LGBTQIA+ e estes dados trazem a "prova irrefutável da existência de uma cultura do ódio contra a população LGBT em nossa sociedade" (SCHMITZ, 2023, p. 1).

Neste trabalho, além dos dados que informam sobre a realidade nacional, traz informações sobre os assassinatos nos diferentes estados que compõem o país e os grupos mais afetados por uma cultura de violência contra a comunidade LGBTQIA+. De acordo com os dados apresentados, o estado de São Paulo ocupa o segundo lugar no ranking de mortes violentas contra os LGBTQIA+, com 25 mortes, e o perfil das vítimas, apesar dos gays serem o grupo com o maior número de assassinatos, tem na população trans um tipo extremamente vulnerável com 19% mais chances de ser morta de forma violenta e antes dos 40 anos de idade (SCHMITZ, 2023).

---

[3] Segundo a Cidadania LGBT+ do Estado do Mato Grosso do Sul, é possível definir a LGBTfobia como " terminologia usada para abarcar todas as formas de violência contra pessoas LGBTI+ em que a motivação principal é sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, não pode ser entendida como algo de simples motivação pessoal, é um fenômeno social, construído e consolidado através de projetos de sociedade e ser humano disseminados por instituições para criar ideologia e cultura, possui impactos em todas as áreas de vivência das pessoas, principalmente na educação e formação do ser sociável, que rebate na forma de vivências e sobrevivências no lazer, no trabalho, na saúde e etc." MATO GROSSO DO SUL. LGBTfobia. Disponível em: <https://www.cidadanialgbt.ms.gov.br/?page_id=31#:~:text=LGBTfobia%20%C3%A9%20a%20terminologia%20usada,atrav%C3%A9s%20de%20projetos%20de%20sociedade . Acesso em: 16 mai. 2024.

Os dados coletados pelo Grupo Gay da Bahia reforçam a necessidade de construir caminhos para conter a violência decorrente da discriminação em função da identidade de gênero e orientação sexual. Conforme exposto inicialmente, a naturalização dos papeis de gênero e da orientação sexual dentro de uma perspectiva cisheteronormativa contribui para o fomento da violência contra pessoas que não estão de acordo com o padrão imposto, sendo assim necessitamos construir uma educação comprometida com a desnaturalização das (LOURO apud SOUSA, 2021, p. 12),

> [...] formas institucionais e normatizadas de vivenciar as sexualidades, desvelando-as como construções sociais. É preciso, pois, problematizar que as sexualidades não consistem em "algo dado pela natureza, inerente ao ser humano" e que nem "todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma"

E a escola é um espaço privilegiado neste processo por se configurar como uma instituição importante no processo de formação das subjetividades dos sujeitos, bem como da cidadania. Desta forma, para que as unidades desempenhem este papel, especialmente ao que se refere ao respeito e acolhimento da diversidade, é de extrema importância instrumentalizar as instituições educacionais de repertório legal e curricular que contribuam neste processo.

Em relação à legislação, existem dispositivos legais que garantem os direitos dos (as) estudantes LGBTQIA+, entre eles podemos destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) que pode ser considerado um importante norteador para as equipes escolares resguardarem os direitos dos (as) estudantes, e é possível inferir que inclui as demandas que estejam relacionadas à diversidade sexual e de gênero. De acordo com o ECA (1990, p. 18-19):

> Artigo 16: O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: V- participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
>
> Artigo 17: O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
>
> Artigo 18: É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

A partir dos Artigos 16, 17 e 18 do ECA, é possível compreender que os (as) estudantes têm o direito de fruir da vida comunitária sem que sejam vítimas de

discriminação e que sua identidade seja preservada, colocando-os (as) a salvo de tratamento vexatório ou constrangedor. Partindo destes pressupostos, a legislação vigente no Estado de São Paulo em relação ao respeito do nome social de estudantes transgênero ou transexuais, a Resolução SE 45, de 18-8-2014, está de acordo com o Estatuto e é um importante dispositivo legal para que seja respeitada a identidade de gênero dos (as) estudantes que se identifiquem como pessoas trans.

Nesta Resolução, além de nortear a ação da equipe escolar em relação à tratativa burocrática no caso de requerimento do (a) estudante, ou de seus responsáveis, pela inclusão no nome social nos documentos internos da unidade escolar, este dispositivo legal orienta a equipe gestora a educar toda a comunidade escolar em relação às diferentes identidades de gênero e orientação sexual a fim de que haja respeito à diversidade, neste âmbito. Esta legislação é resultado de deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE nº 126/2014) que ocorreu em decorrência das (Deliberação CEE, p.04):

> [...] inúmeras manifestações solicitando uma posição sobre o assunto, como a manifestação do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito da Defensoria Pública de São Paulo ou a manifestação da Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual, da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo.

Apesar desta Resolução ter sido uma importante resposta às demandas de diferentes setores da sociedade em relação ao respeito do nome social dos (as) estudantes do ensino básico, não há menção aos casos de jovens, menores de 18 anos, que não têm o apoio de seus responsáveis para requererem o reconhecimento de sua identidade de gênero. Neste caso, os direitos destes indivíduos ficam comprometidos e na ausência de um dispositivo legal que oriente em relação ao respeito ao tratamento, ao menos, oral pelo nome pelo qual este adolescente se identifica, abre-se espaço para situações de constrangimento e, consequentemente, desestímulo à permanência no espaço escolar.

Entretanto, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT, a partir do Parecer nº 01 de 16 de janeiro de 2015, publicou a Resolução nº 12 que vem como um avanço em relação aos direitos dos (as) estudantes trans ao orientar sobre o uso dos banheiros segregados por gênero e, sobretudo, ao indicar no Artigo 8º que a

identidade de gênero de estudantes adolescentes deve ser respeita sem que seja obrigatória a autorização do responsável, porém sua aplicabilidade no âmbito estadual vem sendo, progressivamente, fragilizada.

Retomando as legislações instauradas no estado de São Paulo, temos a Lei nº 12.284/2006 que autorizou o estabelecimento, como conteúdo obrigatório, no ensino fundamental e médio, da crítica à discriminação de raça, gênero, orientação sexual, origem ou etnia, ou seja, traz como uma importante demanda pedagógica conteúdos focados no combate a atitudes discriminatórias em relação à diversidade.

Além destes dispositivos legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394) traz, no artigo 3º (LDB, 1996, p. 22), os seguintes princípios:

> I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
>
> II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
>
> III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
>
> IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; [...].

A partir deste artigo da LDB é possível compreender que aspectos imprescindíveis para o ensino é garantir a igualdade de acesso e permanência na escola e garantir o respeito à liberdade e a valorização da tolerância, logo, estes princípios estão estritamente relacionados ao direito dos (as) estudantes terem suas expressões de identidades de gênero e a vivência da sexualidade respeitadas.

Por fim, outra lei que podemos destacar que versa sobre os direitos à identidade e diversidade dos jovens e pode subsidiar abordagens pedagógicas sobre as questões de gênero e impulsionar a construção de um trabalho voltado ao respeito e valorização das diferentes identidades e orientações sexuais é a Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude. Entre os princípios que norteiam o Estatuto temos o Artigo 2º, inciso VI, que orienta ao respeito à “identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude” (2013), ou seja, mesmo que não explicite os conceitos de gênero e orientação sexual, evidencia que é imprescindível considerar a diversidade individual e, sobretudo, respeitá-la.

Sendo assim, podemos observar que há legislações tratando de algumas demandas do público LGBTQIA+, inclusive é necessário destacar que as orientações legais apresentadas estão relacionadas à juventude em idade escolar, porém é

possível concluir que haja fragilidades e até mesmo uma insuficiência em relação à garantia de que os (as) estudantes desta comunidade estejam imunes à discriminação dentro do espaço escolar. Podemos atribuir esta situação, entre outras razões, pelo desconhecimento destes dispositivos ou dificuldade de interpretá-las, especialmente quando não são explícitas em suas orientações.

Além da questão legal é importante realizar uma breve discussão sobre como as questões de gênero foram apresentadas na nova Base Nacional Comum Curricular se partirmos do pressuposto de que este documento é "[...] o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica." (BNCC, 2018, p. 07) e representa um importante norteador na construção dos currículos das diversas redes de ensino e pode apresentar-se como uma possibilidade de avanço ou retrocesso no que se refere à abordagem de questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero.

De acordo com a Silva e Neto, o processo de construção da BNCC pode ser dividido em três tempos ou momentos: o primeiro pode ser chamado de fase de consolidação da ideia de Educação Básica abrangente e de direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento, o segundo momento de fase de "[...] conciliação entre as perspectivas dos direitos à aprendizagem e das matrizes de conteúdos elaboradas no sistema de avaliação de larga escala [...]" (SILVA e NETO, 2020, p.268) e, por fim, no terceiro e último momento, a fase de finalização sob a perspectiva de um currículo organizado em habilidades e competências e a reforma do Ensino Médio.

A partir dos pressupostos estabelecidos na versão final da Base Nacional Comum Curricular (2018) foram definidas as dez competências gerais para a Educação Básica que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e entre elas, está (2018, p. 10):

> 9.Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

É possível inferir que esta competência enfatiza o respeito aos direitos humanos e à diversidade dos indivíduos, porém não há menção específica à de gênero e orientação sexual e, no documento, ao destacar a autonomia dos sistemas

e redes de ensino na inserção de temas contemporâneos de forma transversal e integradora (2018, p. 19), há menção de diversas legislações, no entanto não realiza menção a qualquer dispositivo legal que esteja relacionado à sexualidade e gênero.

Além disso, ao realizar uma análise das competências e habilidades da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio da BNCC é possível observar que semelhante às competências gerais, há destaque na promoção dos "[...] Direitos Humanos, na solidariedade e no respeito às diferenças e às liberdades individuais" (2018, p.577), porém não existe ênfase aos conceitos de gênero e orientação sexual.

A partir destes dados, e realizando uma reflexão em relação ao contexto ao qual a BNCC foi finalizada, é possível concluir que a Base Nacional não atribuiu importância ou destaque a uma temática essencial para a desconstrução da LGBTfobia que ainda permeia a sociedade brasileira e a qual também faz parte do ambiente escolar e, a partir disso, pode dificultar a abordagem pedagógica no que se refere a gênero e sexualidade no espaço escolar.

Ao analisar os âmbitos legal e curricular podemos identificar que o maior desafio para a implementação de uma Educação para a diversidade sexual e de gênero é a estrutura cisheteronormativa que dificulta a criação de dispositivos legais mais abrangentes e incisivos, como nos casos do respeito à identidade de estudantes menores de idade inseridos em famílias que não aceitam sua condição, e de currículos escolares que tornem centrais e mais explícitos o trabalho com a temática de gênero.

Na discussão seguinte, trataremos de outros aspectos fundamentais para a ampliação da compreensão sobre a importância de uma educação para a diversidade sexual e de gênero se partirmos do pressuposto de que a instituição escolar é um importante espaço para a construção das identidades juvenis, seja numa perspectiva inclusiva ou excludente.

2.1 Conceitos de identidade juvenil, gênero e transgeneridade

Partindo da perspectiva de que o espaço escolar é importante na constituição da identidade dos (as) estudantes, é necessário refletir sobre a construção de uma nova perspectiva de escola onde a juventude tenha condição de constituir-se como

sujeitos no processo educativo e da formação da sua subjetividade, sem ser forçada a se enquadrar em padrões enrijecidos impostos pela estrutura social.

A perspectiva de um jovem ativo e autônomo está previsto, por exemplo, nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que encontrou fundamentação no parecer do Conselho Nacional de Educação. Dayrell e Carrano (2014, p. 103) trazem informações sobre estas orientações, conforme o excerto abaixo:

> No parecer do Conselho Nacional de Educação que a fundamenta, fica explícita a necessidade de uma “reinvenção” da escola de tal forma a garantir o que propõem os artigos III e VII. O primeiro trata do “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. O segundo discorre sobre “o reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes”.

Para que a escola alcance estes objetivos é importante que haja uma profunda reflexão dos sujeitos que fazem parte desta instituição sobre a forma como ela lida com a diversidade, com a ideia de uma postura efetivamente protagonista dos (as) estudantes e se conseguem identificar os obstáculos para a efetivação destes princípios.

Conforme os dados apresentados neste trabalho, pudemos observar que o ambiente escolar ainda se configura como um espaço em que a violência de gênero também ocorre, fator que se configura como um dos obstáculos para a construção de um ambiente educacional para a diversidade. Sendo assim é necessário realizar uma reflexão sobre a construção da identidade na adolescência e realizar uma análise sobre como os padrões de gênero, socialmente construídos, afetam a formação das identidades dos estudantes. De acordo com Dayrell e Carrano (2014, p. 122):

> Quando falamos em identidade não estamos nos referindo a um Eu interior natural, como se esse fosse uma capa colocada pela sociedade sobre o núcleo interno inerente. Ao contrário, estamos falando de uma elaboração que cada um vai fazendo por meio das relações que estabelece com o mundo e com os outros a partir do grupo social a que pertence, do contexto familiar, das experiências individuais e de acordo com os valores, ideias e normas que organizam sua visão de mundo.

Partindo deste pressuposto, a identidade é construída a partir das interações que o indivíduo realiza em seu meio, com o grupo social que faz parte, e as formas como esse mundo está organizado exerce influência em relação às visões de mundo do indivíduo. Sendo assim, a escola, como um espaço importante de interação, contribui para a construção das identidades de seus estudantes.

Além disso, é importante discutir a construção da identidade de forma plural, ou seja, na sua multiplicidade e partindo do princípio de que "[...] somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural [...]" (LOURO, 2000, p.6) e estes dados não podem ser ignorados pela instituição escolar.

Outro aspecto importante sobre o papel da escola na construção das identidades dos jovens é por se constituir como um espaço de diversidade, "[...] na qual os jovens têm a possibilidade de descobrirem-se diferentes dos outros e, principalmente, aprenderem a conviver respeitando essas diferenças [...]" (DAYRELL e CARRANO, 2014, p. 125), logo, é de extrema importância que os adultos inseridos no ambiente escolar construam situações e espaços para que os jovens convivam com a diversidade e compreendam que essas vivências enriquecem e contribuem para a construção da própria identidade. No entanto, é importante que os profissionais que atuam nestes locais entendam esta dinâmica e tenham condições de oportunizar uma educação, efetivamente, comprometida com a valorização e respeito pela diversidade, incluindo a de gênero e orientação sexual.

No entanto, para que a diversidade sexual e de gênero seja respeitada e os estudantes também possam viver esse processo, de compreensão de sua sexualidade e subjetividade, que tem a ver com a construção de suas identidades, é de extrema importância abordar o conceito de gênero para que haja a compreensão sobre suas dimensões social, cultural e histórica e, a partir disso, contribuir para desconstruir preconceitos relacionados a essas questões.

Segundo Bourdieu, a diferença anatômica entre os corpos femininos e masculinos "[...] pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros [...]" (2002, p. 14) (?) e através dessas diferenças, podemos inferir, foram criados hierarquias e padrões socialmente determinados. Esta

perspectiva é fundante do sistema binário (masculino versus feminino) que (BENTO, 2008, p. 17),

> [...] produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha, o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais

No entanto, antes de entrar na discussão em relação à construção dos papéis de gênero, é importante destacar a historicidade do conceito de gênero. Esta discussão está atrelada ao "[...] movimento feminista contemporâneo, constituinte desse movimento, ele está implicado linguística e politicamente em suas lutas [...]" (LOURO, 1997, p. 14). É possível situar a discussão sobre gênero na denominada "segunda onda[4]" deste movimento social, que teve início no final da década de 60, indo além de uma perspectiva de manifestação política e de protesto, as (LOURO, 1997, p. 16)

> [...] militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e "contaminando" o seu fazer intelectual — como estudiosas, docentes, pesquisadoras — com a paixão política. Surgem os estudos da mulher.

Sendo assim, neste momento, com o surgimento dos estudos da mulher, há uma produção intelectual dentro da universidade que trouxe, entre outras contribuições, uma discussão teórica centrada na desconstrução da ideia de que as desigualdades e, consequentemente, hierarquias entre homens e mulheres são decorrentes das diferenças biológicas, ou seja, "[...] para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos" (LOURO, 1997, p. 21), e, assim, o conceito de gênero torna-se central nesta discussão.

A partir deste debate, a denominada "terceira onda" do movimento feminista, com surgimento em 1990, traz uma das correntes de pensamento e militância que dá

---

[4] Sobre a primeira onda do movimento feminista (LOURO, 1997, p. 14-15): "Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo."

fôlego a esta etapa é a chamada teoria queer. “Tendo como expoente a filósofa americana Judith Butler, a teoria queer se apresenta como uma forma de contestar os próprios processos de normalização de gênero, vistos como restritivos e excludentes” (LINS et al, 2016, p. 26). Sendo assim, ao abordar as opressões e violências decorrentes de performances de gênero que não estejam de acordo com o padrão hegemônico, há a união entre os movimentos feminista e LGBTQIA+.

Partindo deste debate de gênero que criou uma intersecção entre os movimentos de lutas das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, é importante retomar um aspecto que vai de encontro com objeto principal deste trabalho, a abordagem sobre o papel desta construção de gênero centrada nos corpos de homens e mulheres e seus impactos sobre a população trans que têm suas identidades e corpos violentados pela sociedade e no espaço escolar.

Situando historicamente a relação entre o corpo e a identidade de gênero, Foucault afirmou que “Vincular comportamento ao sexo, gênero à genitália, definindo o feminino pela presença da vagina e o masculino pelo pênis, remonta ao século XIX quando o sexo passou a conter a verdade última de nós mesmos.” (FOUCAULT apud BENTO, 2008, p. 17).

Porém, segundo Bento (2008, p.17), estudos apontaram a existência dos trânsitos entre os gêneros em outras culturas e momentos históricos, no entanto, a questão da mudança de gênero se tornou foco de estudo da medicina e dos campos da psicologia e da psicanálise, ou seja, foi interpretada como uma patologia. Refutando essa perspectiva, Berenice Bento afirmou que a “[...] transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero [...]” (2008, p. 18) e esta tese vai de encontro com a perspectiva de Judith Butler que também abordou essa questão entendendo que a transexualidade, a transgeneridade e a travestilidade são expressões identitárias que revelam divergências com os padrões de gênero normatizados pela sociedade e, podemos inferir, estão centradas na cisgeneridade e heterossexualidade.

Para ampliar a compreensão sobre as especificidades destas expressões identitárias, Silva et.al. (2015, p. 365) trazem a seguinte contribuição:

> Dentre as pessoas transgênero encontram-se as travestis e mulheres transexuais. [...] as travestis são pessoas que nascem com o sexo biológico masculino, com aparência física masculina, mas que não se

> identificam como homem. Tendem a construir uma identidade de gênero feminina. Já as mulheres transexuais são pessoas que reivindicam o reconhecimento social e legal como mulheres. É um indivíduo que tem a convicção de pertencer ao sexo oposto, ou seja, seu sexo psíquico se encontra em discordância com o biológico.

Em relação a esta perspectiva de compreensão ao que se refere às diferenças e similaridades entre pessoas transexuais e travestis e se é adequado abarcar estas identidades dentro do conceito de transgeneridade existe um debate em curso, não apenas no âmbito acadêmico[5], mas dentro dos grupos que representam a comunidade trans, porém a opção pelo termo transgênero, neste trabalho, está baseada na seguinte definição (STRYKER, 2021, p. 3):

> Para se referir a uma gama ampla de fenômenos que chamam atenção para o fato de que "gênero", tal qual é vivido, corporificado, experimentado, performado e confrontado, é mais complexo e variado do que registra a ideologia binária de sexo/gênero correntemente dominante na modernidade eurocêntrica

Sendo assim, a transgeneridade é compreendida como uma experiência que desafia a lógica do binarismo e, consequentemente, a percepção simplista da constituição da identidade de gênero de cada indivíduo. A presença de estudantes transgêneros nas unidades escolares traz a possibilidade dos sujeitos que fazem parte deste espaço repensarem as estruturas dicotômicas de gênero se pensarmos que estas instituições precisam "assumir o compromisso com a diversidade e minimizar formas de preconceitos, seja étnico-racial, gênero e/ou orientação sexual" (SILVA et.al., 2021, p. 2), ou seja, considerar que diversas identidades se constituem e compõem o espaço escolar e é necessário construir uma proposta pedagógica que considere e valorize essa diversidade.

A partir desta discussão, é possível compreender sobre como as normas de gênero influenciam o entendimento sobre as performances de gênero que homens e mulheres deveriam exercer socialmente e que àqueles que expressam suas identidades de uma forma que contrariem esses padrões estão expostos a diversos tipos de violência e marginalização social. As instituições educacionais, como já discutido na introdução deste trabalho, também acabam por configurar-se como

---

[5] Ver STRYKER, Susan. Saberes (des)sujeitados: uma introdução aos estudos transgênero. Ponto Urbe, p. 1-19, 2021. Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/10778

espaços de exclusão da população LGBTQIA+, com destaque para a população trans, no entanto, possuem o potencial de transformação desta lógica excludente ao propor uma abordagem pedagógica sobre as diversas formas de se constituir a identidade de gênero e a orientação sexual.

2.2 Um ensino para a transgressão e inclusão

Para Bourdieu, a escola seria uma instituição que existia para a reprodução do sistema, sendo assim, afirmou que "[...] organização pedagógica nos surge como mais hostil à mudança, mais conservadora e tradicional talvez do que a própria Igreja porque ela tem por função transmitir às gerações novas uma cultura que mergulha suas raízes num passado afastado" (1992, p. 205) (?) e que "[...] docentes constituem os produtos mais acabados do sistema de produção que eles são, entre outras coisas, encarregados de reproduzir [...]" (1992, p. 206). (?)

A partir desta perspectiva, podemos concluir que a escola, como uma instituição essencial para a formação das futuras gerações, assumindo esse caráter de reprodutora do sistema, espaço voltado para a constituição de indivíduos adequados para a estrutura vigente, acabaria por inviabilizar a construção de uma perspectiva de Educação na qual a diversidade seja considerada e efetivamente valorizada, se partirmos da premissa de que a sociedade a qual estamos inseridos valoriza conhecimentos e experiências de grupos hegemônicos em função da classe, raça e gênero.

Em síntese, para Bourdieu, segundo Nogueira e Nogueira (2002, p. 28), a escola

> [...] não seria uma instância neutra que transmitiria uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avaliaria os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, seria uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.

Partindo desta perspectiva defendida por Pierre Bourdieu, é necessário considerar as especificidades da escolarização no contexto brasileiro. Segundo Soares e Fontes (2019, p.12):

> Como a história da escola no Brasil tem profundas ligações com o período colonial (PALMA, 2005), suas atribuições se desenvolveram no sentido de domesticar os corpos, disciplinar e agir coercitivamente no sentido de produzir sujeitos dentro de uma norma sexual, racial, de

> classe e de gênero hegemônicos (LOURO, 2000), para formar o que chamamos de nação brasileira.

Ou seja, é importante considerarmos que desde a origem da educação no país, área marcada pela ação jesuítica, a escola desempenha o papel de moldar corpos e subjetividades a partir de uma determinada norma que não tem como foco considerar as diversas possibilidades de ser e existir. Ao realizarmos uma 'caminhada pedagógica' nos diversos estabelecimentos de ensino, poderemos nos deparar, majoritariamente, com salas de aula organizadas em fileiras, com a figura do (a) professor (a) como o detentor (a) do conhecimento a ser transmitido aos (às) estudantes e uma lógica voltada à disciplinarização do comportamento dos (as) discentes conforme determinada lógica social e essa inclui as expectativas hegemônicas de gênero.

Porém, podemos propor diferentes possibilidades de pensar o espaço escolar, as propostas pedagógicas e atuação docente. De acordo com Soares e Fontes (2019, p. 13), é possível ressignificar o papel da "aula" e subverter uma lógica que torna este momento a negação do prazer, do entusiasmo, da diversidade corporal e subjetiva e da multiplicidade do pensamento.

Uma proposta que traz uma diferente perspectiva sobre a educação, sob inspiração de Paulo Freire, é a educação transgressora de bell hooks. A autora, ao abordar o multiculturalismo do contexto na qual estava inserida, realizou uma reflexão em que, entre outras contribuições, problematizou a educação baseada em um pensamento pretensamente universal e destacou a necessidade de instituir locais de formação onde os (as) professores tenham a oportunidade de expressar seus temores e ao mesmo tempo aprender a criar estratégias para abordar a sala de aula e o currículo multiculturais (2017, p. 52). (?) (Citação indireta)

Além disso, hooks, compartilhando de suas experiências como professora universitária, propôs uma educação transgressora, não apenas ao enfatizar a construção de um currículo multicultural, mas ao defender um modelo holístico no espaço educacional que consiste na integração entre as esferas mental, corpórea e espiritual dos indivíduos. Nesta perspectiva, a autora faz uma crítica a compartimentalização do sujeito que privilegia a esfera intelectual. Sendo assim, bell hooks (2017, p.36) defendia que os (as) docentes "[...] sejam os primeiros a correr o risco, ligando as narrativas confessionais às discussões acadêmicas para mostrar de

que modo a experiência pode iluminar e ampliar nossa compreensão do material acadêmico. (2017, p. 36)

A abordagem de hooks inspirou a crítica da escritora portuguesa, de origem angolana, Grada Kilomba ao que se refere à estrutura de pensamento e construção de conhecimento do mundo branco ocidental que é calcada em uma pretensa neutralidade e objetividade. No excerto abaixo, Kilomba (2019, p. 51-52) compartilha conosco como sua obra é percebida pela intelectualidade branca:

> Como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intectuais *negras/os* residem: "Você tem uma perspectiva demasiado *subjetiva*", "muito *pessoal*"; "muito *emocional*"; "muito *específica*"; "Esses são *fatos objetivos*?". Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o *sujeito branco* posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico.

Ou seja, quando hooks nos convida a trazer nossas experiências, vivências e lugares de onde falamos para a relação de ensino aprendizagem há uma transgressão dos métodos e premissas das "normas da epistemologia tradicional" (KILOMBA, 2019, p. 55). Sendo assim, Kilomba, inspirada em hooks, reforça a importância da construção de novos métodos e conhecimentos e como esta perspectiva traz diferentes possibilidades ao fazer pedagógico.

A partir desta breve apresentação de parte do pensamento da autora e objetivando a ampliação da compreensão sobre a perspectiva teórica de bell hooks no qual este trabalho encontrou suas bases, é importante trazer um pouco da trajetória dessa importante intelectual. De acordo com Almeida (2021, p. 22):

> Gloria Jean Watkins é o nome de batismo de bell hooks. Ela nasceu em 1952, em Hopkinsville, uma pequena cidade segregada do estado de Kentucky, no sul dos Estados Unidos. Ela cresceu em uma família de classe trabalhadora: seu pai era zelador e sua mãe dona de casa. Além dos pais, ela foi criada com cinco irmãs e um irmão.

A escolha pelo nome bell hooks foi uma homenagem à sua avó e, segundo Caruso (2021, p. 1), "o nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks queria que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras e não em sua pessoa". E sua obra é permeada, entre outros

assuntos, pelas temáticas que versavam sobre as dinâmicas de gênero, raça e classe. Ao analisarmos sua trajetória pessoal que foi impactada pelo racismo estrutural e institucional e por um núcleo familiar patriarcal, compreendemos com maior clareza algumas das escolhas teóricas e conceituais de hooks.

Caruso (2021, p. 29), em sua análise sobre a trajetória da autora, para fins didáticos, dividiu "sua produção em quatro eixos analíticos: Crítica à práxis pedagógica, Crítica à produção cultural e Reflexões sobre espiritualidade, amor e autoestima". E ao que se refere à práxis pedagógica, destaca (2021, p.30):

> [...] a inspiração de Paulo Freire em suas reflexões. Repetidas vezes bell hooks narra como o seu encontro teórico com o educador brasileiro foi uma espécie de epifania, especialmente quando ela se torna professora. Isso explica-se devido ao seu desejo de construir práticas pedagógicas democráticas que valorizem a diferença, sem fugir dos conflitos, mas fundadas no respeito à dignidade humana.

Ou seja, hooks, ao acessar a produção teórica de Paulo Freire, encontrou uma possibilidade de reflexão e construção de uma educação democrática e que valorizasse a diversidade, sobretudo em um contexto posterior ao fim da segregação racial em seu país e às demandas por uma educação multicultural.

A partir disto e na perspectiva do rompimento de uma lógica colonial de educação, hooks defende que o objetivo dos (as) docentes necessita ser a promoção de um ambiente de aprendizagem que liberte os (as) estudantes das amarras colonialistas, ou seja, que os ajudem a transgredir as barreiras impostas pelo gênero binário, da heteronorma, do racismo e do machismo (SOARES e FONTES, 2019, p. 24). (?) (citação indireta)

Além disto, hooks reforçava a importância da construção de um aprendizado para a inclusão, porém compreendia que naquele contexto não havia discussões suficientes para colocá-lo em prática. Um dos argumentos trazido pela autora, no qual é possível compreender a dificuldade na implementação desta perspectiva de aprendizagem, era o preparo insuficiente dos (as) educadores (as) para atuarem diante da diversidade, entre outros aspectos, pelo receio de tratar de temas pelos quais os (as) estudantes tinham sentimentos apaixonados podendo levar a situações de confrontação e até de conflito (2017, p. 56). (?) (citação indireta)

Neste sentido, é possível inferir que a insegurança em relação à abordagem diante de um público discente diverso e a falta de conhecimentos de diferentes

perspectivas culturais e epistemológicas podem dificultar a construção de um ambiente educacional democrático que valorize a respeite a diversidade e permita a construção de um currículo escolar que traga diferentes abordagens teóricas e fomente o desenvolvimento de um debate no qual todos (as) os (as) estudantes sintam-se incluídos, representados e valorizados.

A partir desta perspectiva, bell hooks apontou a necessidade de relembrar que a educação não é neutra e, no contexto do fim da segregação racial nas escolas, tiveram que "[...]enfrentar e vencer a vontade avassaladora de muitos presentes de negar a política do racismo, do sexismo, do heterossexismo etc [...]" (2017, p.53). Ou seja, é importante que os que estão no centro do processo de ensino e aprendizagem realizem essa reflexão, compreendam a sala de aula como um espaço composto pela diversidade e que este ambiente precisa refletir as diferentes subjetividades dos (as) estudantes.

Para tanto, a autora traz possibilidades para que os (as) docentes tenham condições de pensar sua ação pedagógica a partir desta perspectiva. De acordo com Oliveira e Rodrigues (2018, p. 94), hooks defendia a "necessidade de uma reflexão para desvendar as amarras, pensar sobre o eu no mundo, porém necessita haver a "práxis", ter ideia de quem é para aderir a movimentos que expressem concepções de vida que queremos viver".

Partindo desta ideia, seria essencial o (a) professor (a) considerar suas experiências como sujeito no mundo, tal como as de seus estudantes, para que não se separe a vida fora do espaço escolar com as vivências que ocorrem nele, ou seja, a "sala de aula como um espaço para troca de experiências de vida conectadas ao conteúdo para permitir pensar juntos" (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2018, p. 96).

Ao realizar uma observação em relação aos perfis dos (as) educadores (as) das escolas públicas brasileiras, da mesma forma que identificamos uma imensa diversidade entre os (as) estudantes, podemos constatar o mesmo entre o corpo docente. Desta forma, desenvolver uma abordagem que estimule a consciência em relação à condição de gênero, raça e classe entre os (as) docentes pode ser uma estratégia importante para que haja um movimento efetivo para a construção de uma educação transgressora, conforme nos indica bell hooks.

Sendo assim, a partir de uma perspectiva de educação que transgrida uma abordagem que nega a diversidade, que considere as experiências de vida de docentes e estudantes e contribua para que efetivamente seja construída uma comunidade educacional democrática, poderemos contribuir para a construção de uma escola inclusiva.

O foco deste trabalho é partir da abordagem educacional transgressora e contribuir para a inserção e permanência de estudantes LGBTQIA+, especialmente dos (as) estudantes transexuais, transgênero, no ambiente escolar através de uma proposta com foco na formação do corpo docente sobre conceitos e, sobretudo, sobre a existência de pessoas que não possuem uma identidade de gênero em conformidade com a norma e que a ignorância e, consequentemente, o desrespeito a estas identidades é um fomento para a expulsão destes (as) estudantes da instituição escolar e, entre outras consequências, do pleno desenvolvimento de sua cidadania.

3. Proposta metodológica: síntese

Conforme abordado inicialmente, o objetivo deste trabalho é propor uma abordagem sobre a transgeneridade no âmbito escolar, com foco no corpo docente, para que este grupo possa contribuir para a inclusão e permanência desta comunidade na escola. A principal estratégia é a de proporcionar conteúdos e reflexões aos (às) professores (as) para que possam compreender conceitos e aspectos importantes para sejam agentes de integração de indivíduos que vivenciam a exclusão escolar em decorrência dos preconceitos sofridos na sociedade e, consequentemente, nas instituições de ensino.

No entanto, a construção dos conhecimentos sobre esta temática, e sua sistematização em uma cartilha, será realizada coletivamente. Inicialmente, utilizaremos uma coleta de dados a partir da observação direta extensiva, utilizando a técnica de "[...] questionário – constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador [...]" (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.222), com o objetivo de identificar dificuldades e conhecimentos dos (as) docentes sobre este público e temática.

Os (as) professores (as) que participarão desta etapa responderão às questões de forma anônima, a estratégia da não identificação dos (as) respondentes tem como objetivo a obtenção de informações que expressem com maior clareza as angústias e pensamentos dos (as) docentes. É importante enfatizar que o grupo de professores (as) selecionados (as) nesta etapa da pesquisa será composto por docentes que atuam em uma escola que possui o maior índice de estudantes trans com nome social regularizado na Diretoria de Ensino Região Sul 3.

Em relação às informações referentes ao questionário, propusemos um vídeo explicativo no qual a pesquisadora faz uma breve apresentação do seu percurso acadêmico e, principalmente, da pesquisa e enfatiza a importância do envio de respostas assertivas e atreladas às vivências em sala de aula. Neste momento, há o reforço da informação sobre o anonimato dos respondentes e que as informações serão utilizadas pelo grupo focal para contribuir como subsídio para a construção da cartilha.

Além deste agrupamento de professores (as), outro importante aspecto desta pesquisa é contar com a participação de um grupo de educadores (as) que será

parceiro no processo de construção do material proposto, utilizando a estratégia metodológica de Grupo Focal que “[...] consiste na interação entre os participantes e o pesquisador e a coleta de dados, a partir da discussão com foco, em tópicos específicos e diretivos” (ASCHIDAMINI e SAUPE, 2004, p.10). Os participantes serão escolhidos, via questionário, a partir de uma consulta que tem como objetivo obter participação voluntária, preferencialmente, de docentes de Ciência Humanas e Sociais Aplicadas, porém não será restrito aos (às) professores (as) desta área.

Destacamos que os (as) docentes que irão compor o grupo focal atuam em uma unidade escolar na qual há a presença de estudantes que se identificam como transgênero, porém não têm o seu nome social reconhecido, um dado relevante para compreensão sobre as dificuldades deste grupo e a relevância da proposta da pesquisa.

O grupo escolhido receberá mensalmente materiais em formato de textos, imagens etc., para análise e propostas contendo contribuições que têm como objetivo principal adequar a cartilha às necessidades dos (as) professores (as) e permita que obtenham conhecimentos que os auxiliem no trabalho, em sala de aula, com os/as estudantes transgênero.

Por fim, os integrantes do grupo focal, ao acessarem a última versão da cartilha, farão uma análise destacando as possíveis contribuições do material produzido para a construção de conhecimentos sobre a transgeneridade e, principalmente, sobre os (as) estudantes trans que fazem parte das unidades escolares que atuam.

3.1 Análise do questionário: Escuta e estudo das percepções dos (as) docentes de uma escola do extremo da Zona Sul de São Paulo

De acordo com a descrição realizada em relação ao percurso metodológico para a construção da cartilha, selecionamos uma unidade escolar sediada na região sul da cidade de São Paulo que conta com um número expressivo de estudantes trans. Com o objetivo de coletar informações sobre as percepções, conhecimentos e olhares do corpo docente em relação aos (às) discentes com identidades e orientações sexuais divergentes do padrão heteronormativo. Sendo assim, propusemos um

questionário que foi compartilhado com os (as) professores (as) pela Coordenadora de Gestão Pedagógica, antiga função de Professor (a) Coordenador (a).

Além de obter as informações descritas, a escuta de uma equipe docente que se relaciona cotidianamente com os (as) estudantes LGBTQIA+ pode permitir observar e analisar as relações estabelecidas entre os (as) docentes e discentes e, sobretudo, coletar dados que contribuam com maiores subsídios que indiquem os caminhos teóricos e metodológicos que nortearão os conteúdos da cartilha proposta neste trabalho.

Para compartilhar o questionário, via *Google Forms*, com a equipe docente foi necessário solicitar as autorizações da Dirigente Regional de Ensino e da Diretora da unidade escolar. Além disso, obter a colaboração da Coordenadora que é a profissional que tem maior convívio com os (as) professores (as) a fim de conquistar o engajamento do grupo para que respondessem as questões propostas.

No entanto, alguns desafios foram enfrentados para obtenção das respostas, tal como o excesso de demandas no cotidiano escolar que, muitas vezes, sobrecarrega a equipe e dificulta o engajamento como respondente de uma pesquisa com diversas questões. Outro aspecto importante é a complexidade da temática e, podemos inferir, uma certa resistência para responder um questionário desta natureza, situações que podem explicar o período de um mês entre o compartilhamento do formulário e um número expressivo de respondentes.

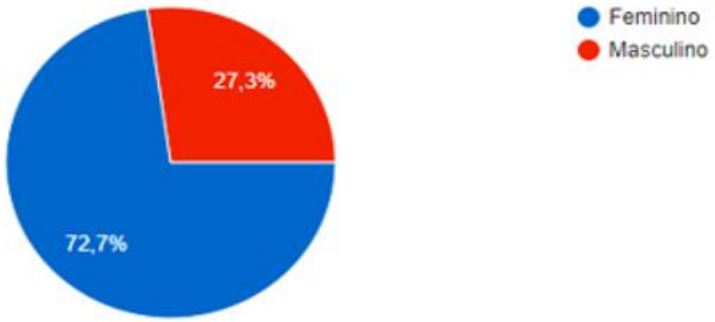
Por fim, 33 docentes responderam ao questionário e apresentaremos resultados[6] que permitem realizar importantes inferências em relação a como esta temática é vista por um recorte do público docente e, principalmente, os potenciais e desafios para a abordagem da diversidade sexual e de gênero nas escolas de ensino básico. Além disto, por ser o foco central da cartilha que será construída, refletir sobre como o acolhimento dos (as) estudantes LGBTQIA+, sobretudo, o público trans pode ocorrer considerando as percepções de um grupo que cotidianamente se relaciona com estes estudantes.

---

[6] Como o objetivo principal deste trabalho é a construção de um material pedagógico para os (as) docentes, a análise deste questionário não tem a pretensão de aprofundar a interpretação das respostas mas, numa abordagem qualitativa, demonstrar a pertinência da produção de uma cartilha, com foco na diversidade sexual e de gênero, ao constatarmos algumas fragilidades em relação à compreensão do tema.

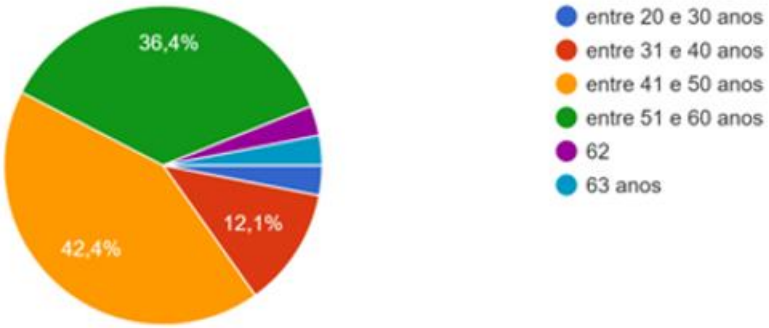
De acordo com o gráfico abaixo, a maior parte dos (as) respondentes é composta por docentes do gênero feminino, entre 41 e 50 anos de idade:

Tabela 1 – Gênero dos respondentes



Fonte: própria autora, 2023.

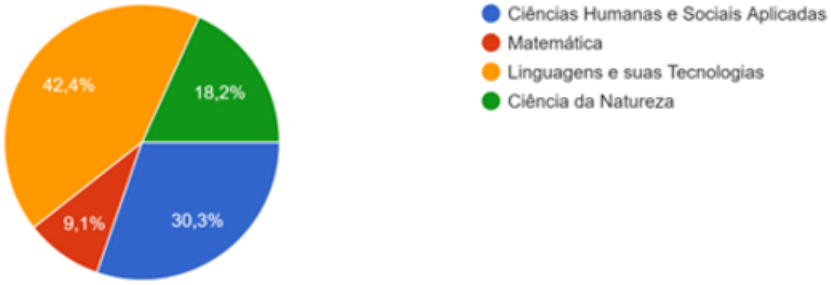
Tabela 2 – Faixa etária dos respondentes



Fonte: própria autora, 2023.

Outro dado importante é área de conhecimento da qual o respondente faz parte. O objetivo da cartilha é subsidiar o (a) docente, não apenas da área de Ciência Humanas, mas das diversas áreas na compreensão de conceitos e informações relevantes sobre a temática de diversidade de gênero e é possível inferir que o conhecimento sobre este tema é menos aprofundado na formação do (a) docente de componentes curriculares que não fazem parte das Ciências Humanas. Conforme poderemos observar nas informações abaixo, a maior parte dos (as) docentes que responderam ao questionário fazem parte da área de Linguagens e suas Tecnologias:

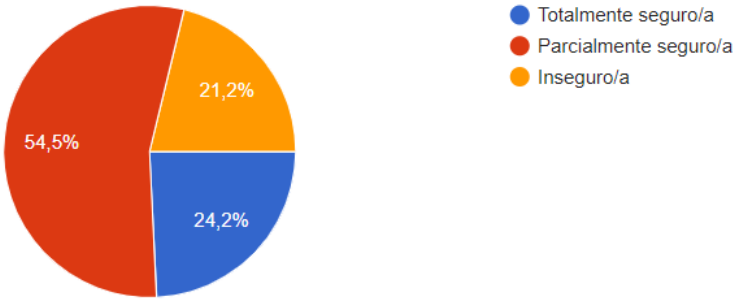
Tabela 3 – Atuação por área de conhecimento



Fonte: própria autora, 2023.

No próximo gráfico apresentaremos o nível de segurança e conhecimento que os (as) professores (as) respondentes afirmam possuir para construir uma abordagem pedagógica em relação às temáticas de diversidade sexual e de gênero:

Tabela 4 – Conhecimentos e a segurança que possui para abordar as temáticas de gênero, identidade e expressão de gênero e orientação sexual e afetiva

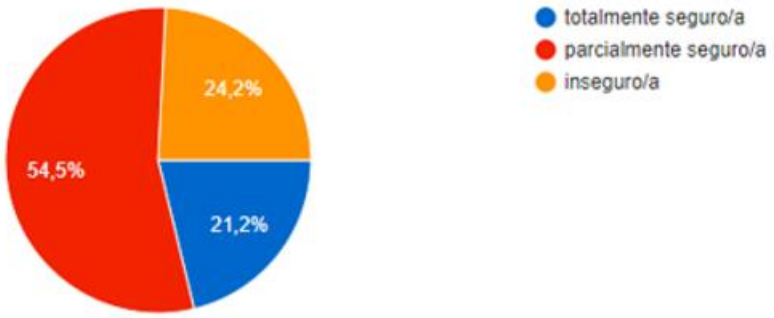


Fonte: própria autora, 2023.

A partir da análise do gráfico, é possível constatar 75,7% dos (as) professores (as) que responderam ao questionário não se sentem totalmente seguros para abordarem as temáticas referentes à identidade de gênero e orientação sexual, informação que nos leva a considerar a necessidade de investimento na formação docente ao que se refere a esses temas para que haja um trabalho efetivo em sala de aula e, consequentemente, uma abordagem calcada na diversidade e no respeito às diferentes expressões da sexualidade e de gênero.

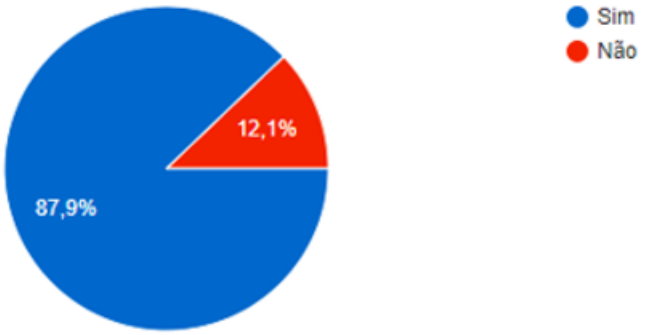
Além dos dados já apresentados, duas informações de extrema relevância abordam sobre a compreensão que os (as) docentes consultados (as) têm em relação às identidades cisgênera e transgênera, além da orientação sexual, e os índices daqueles que lecionaram para os (as) estudantes que não fazem parte do padrão cisheteronormativo, como o público trans, seguem abaixo os dados mencionados:

Tabela 5 – A compreensão e a segurança que possui em relação aos conceitos de cisgeneridade, transgeneridade, homossexualidade, etc.



Fonte: própria autora, 2023.

Tabela 6 – Lecionou em salas de aula que tinham, entre os/as estudantes, educandos/as transgênero?



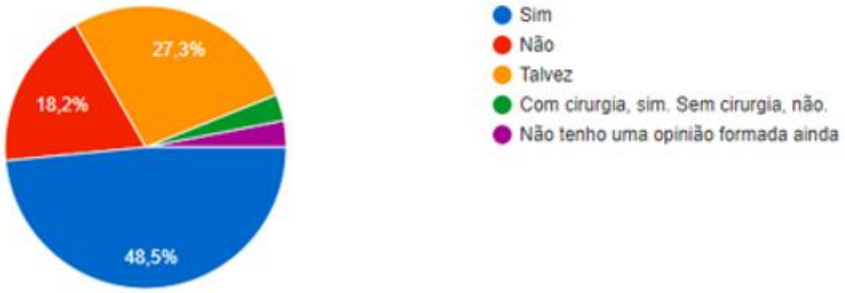
Fonte: própria autora, 2023.

Pudemos observar nas tabelas apresentadas que 78,7% dos (as) respondentes não possuem total segurança em relação à compreensão sobre importantes conceitos que contribuem para o efetivo acolhimento dos (as) estudantes que não fazem parte do padrão hegemônico cisgênero e heterossexual e se partirmos do pressuposto de

que, nesta unidade escolar, 87,9% dos (as) docentes que responderam às questões afirmaram que lecionaram para estudantes trans, podemos inferir que a pouca ou insuficiente entendimento sobre as diferentes identidades de gênero podem interferir, em vários aspectos, na inclusão dos (as) educandos (as) que não performam as cisgeneridade e a construção de propostas pedagógicas as quais abarquem diferentes referenciais teóricos que versem sobre as distintas expressões e identidades de gênero e orientação sexual.

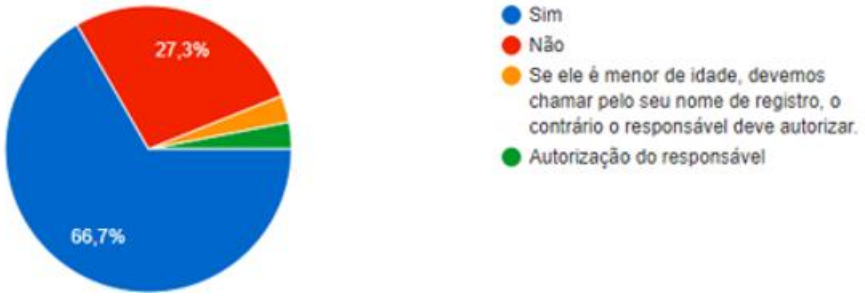
Em relação à utilização de espaços segregados por gênero, como os banheiros, e a utilização do nome social, apesar de um número expressivo de professores (as) serem favoráveis à garantia destes direitos, os que demonstraram posicionamentos contrários e alguns argumentos que explicitam essa negação chamam a atenção, conforme os dados abaixo demonstrarão:

Tabela 7 – É favorável ao uso dos banheiros, pelos/as estudantes trans, a partir do gênero que a pessoa se identifica?



Fonte: própria autora, 2023.

Tabela 8 – Você acredita que o/a estudante, menor de idade, que se identifica como transgênero, mas não tem autorização dos responsáveis para utilizar o nome social, deve ser chamado, ao menos no âmbito oral, por um nome pelo qual se identifica?



Fonte: própria autora, 2023.

Conforme abordado nos primeiros capítulos deste trabalho, a estrutura cisheteronormativa que permeia o espaço escolar contribui para que o ambiente escolar seja um lugar violento para os (as) estudantes LGBTQIA+ atingindo com maior violência as travestis e transexuais. Conforme Maria (2021, p. 120):

> Suas dificuldades começam com obstáculos à sua própria matrícula, à participação em atividades pedagógicas, a terem suas identidades e integridade física minimamente respeitadas até à utilização da própria estrutura física das escolas, como banheiros.

Sendo assim, pudemos observar por algumas respostas nos gráficos acima que o uso dos banheiros pode ser condicionado à modificação dos corpos, transformando-os em corpos adequados aos padrões de gênero hegemônicos, e na perspectiva do respeito ao nome social, no caso dos (as) estudantes menores de idade, o direito ao respeito à identidade perpassa pela necessidade de autorização dos responsáveis, mesmo que, muitas vezes, o maior obstáculo para o reconhecimento destas identidades dissidentes seja a recusa das famílias. Partindo destes pressupostos, podemos inferir que é de extrema relevância levar reflexões ao corpo docente para que possa ressignificar a percepção que tem sobre os direitos e necessidades do público trans.

3.1.1 Análise do questionário: Desafios e dificuldades para adaptação dos (as) estudantes trans no espaço escolar

Além das questões de múltipla escolha, o questionário compartilhado com os (as) docentes continha perguntas discursivas que tinham como principal objetivo coletar as percepções dos (as) respondentes em relação ao que pensam sobre os desafios observados para a inclusão dos (as) estudantes transgêneros na unidade escolar e as dificuldades que têm ou veem os colegas terem para construir um ambiente escolar acolhedor e calcado no respeito à diversidade.

Ao serem questionados (as) se viam dificuldades na adaptação do público trans ao espaço escolar, a maioria afirmou positivamente e o principal argumento é a insuficiente aceitação entre os (as) professores (as) e colegas. As respostas dos (as) docentes levam à análise de Vasconcelos (2018, p. 2) que realizou uma abordagem

sobre a transfobia nas escolas e as possíveis justificativas para esse tipo de violência, conforme poderemos observar no excerto abaixo:

> Os casos de transfobia são muito comuns com travestis e mulheres transexuais que estejam cursando o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio, na qual estão passando pela fase de transição e autoaceitação de sua identidade de gênero, que para muitos é um desafio extremamente grande, frente a uma sociedade construída culturalmente machista e heteronormativa.

A não aceitação indicada pelos (as) respondentes pode ter relação ao contexto descrito por Vasconcelos sobre a transição de gênero acontecer em fase escolar e em um ambiente que reproduz e reforça o padrão cisheteronormativo, o que indica, mais uma vez, a importância do investimento em uma educação para a diversidade sexual e de gênero, não apenas para os (as) estudantes, mas aos (às) docentes e toda a equipe escolar.

Além de indicarem afirmativamente que existem dificuldades para a adaptação do público trans ao ambiente escolar, na questão que solicitava que realizassem relatos de suas experiências em relação ao tema, especialmente ao que se refere às dificuldades que reconheciam na resposta da primeira questão, os (as) professores (as) participantes da pesquisa contribuíram com análises e olhares diversos sobre a situação. Uma das respondentes, a professora Antônia[7], fez a seguinte afirmação:

> Percebo a falta de conhecimento, de aprofundamento sobre as questões que envolvem o universo LGBTQIAP+ como principal problema. Onde trabalho poucos professores sabem, por exemplo, o significado da sigla acima. E, infelizmente, percebo que dentro das escolas existe muito preconceito em relação aos estudantes que se classificar como LGBTQIAP+ por parte de profissionais que atuam nas unidades. Já ouvi, por exemplo, quando um aluno gay reclama com professores/gestores de situações humilhantes recebidas por parte de colegas heteros que ele tem que entender porque ele escolheu ser diferente.

A partir desta visão é possível inferir que a falta de conhecimento em relação à temática e, especialmente, em relação às diferentes identidades e orientação sexual dos (as) estudantes dificulta a inclusão deste público na unidade escolar. Além disto, fomenta o silenciamento por parte das equipes gestora e docente nos casos de violência em relação aos (às) educandos (as) os quais fazem parte desta comunidade. Posturas como esta podem desestimular o (a) estudante LGBTQIA+ a frequentar e

[7] Para garantir o anonimato dos (as) respondentes, fizemos a opção por identificá-los (as) por nomes fictícios, apresentando apenas o gênero do (a) docente.

permanecer na escola se pensarmos que a homofobia ou a transfobia pode ser tratada como um problema do (a) estudante por ser “diferente” e não uma questão social a qual necessita ser problematizada visando uma transformação da cultura de exclusão e preconceito para outra de acolhimento e respeito à diversidade.

Outro aspecto mencionado com frequência nos relatos dos respondentes tem relação com a resistência dos familiares dos (as) discentes LGBTQIA+. De acordo com a professora Lúcia, em relação a esta questão, fez a seguinte observação:

> Sabemos que existe o preconceito velado, mas observo uma evolução em relação a diversidade em todos os âmbitos na escola. Os alunos já possuem um olhar de respeito à diversidade e até se apoiam e acolhem diferentes conflitos sobre a temática. acredito que o trabalho com os familiares ainda é um entrave.

Em relação ao entrave representado pelas famílias, a não aceitação das diferentes identidades e sexualidade por parte destes sujeitos traz consequências negativas para a inclusão dos (as) estudantes gays e, especialmente, trans, não apenas no âmbito escolar, mas em outros espaços sociais. De acordo com Maria (2021, p. 122):

> Os relatos encontrados na literatura sobre sujeitos transgênero destacaram que quando da sociabilidade familiar aparecem discursos heteronormativos com a finalidade de discipliná-los, passando a excluí-los (principalmente travestis e transexuais); a exclusão familiar os vulnerabiliza e pode trazer consequências para outros aspectos do ser social, quer na dimensão educacional, territorial, mercado de trabalho, entre outras dimensões da vida.

Sendo assim, se pensarmos a Educação como uma importante estratégia de transformação da sociedade, é de extrema importância subsidiar as equipes gestora e docente com estratégias de diálogo com a comunidade e as famílias que fazem parte dela a fim de oportunizar espaços de conscientização em relação à diversidade sexual e de gênero. Desta forma, além de proporcionar informações, a escola pode se configurar como um espaço de acolhimento e apoio aos (às) estudantes com diferentes identidades e orientações e contribuir com a mediação, através do diálogo, das relações entre famílias e estes jovens ao qual não encontram aceitação em decorrência da identidade de gênero ou orientação sexual dissidente.

No entanto, para que isto ocorra, é essencial preparar as equipes, sobretudo, docente para este trabalho. Além das contribuições apresentadas até este momento por parte dos (as) respondentes do questionário, o aspecto centrado na necessidade

formativa defendida neste trabalho foi destacado por outro docente participante da pesquisa. De acordo com a professora Luana:

> Há uma pressão conservadora muito grande por parte da comunidade escolar e dos pais, muitas vezes fazendo com que este tema seja considerado como um assunto imoral ou até mesmo doutrinário. Isto faz com que os professores se sintam inseguros em relação ao tema, além da falta de incentivo por parte do governo na formação de docentes para trabalhar com o tema e a ausência de materiais que abordem o assunto.

Além de reforçar as dificuldades em tratar da temática de gênero, destacando o conservadorismo da comunidade e das famílias que fazem parte dela, ponto que encontramos em diversas observações dos (as) docentes, porém enfatiza o insuficiente trabalho de formação dos (as) docentes por parte do poder público e denuncia o escasso material para o desenvolvimento pedagógico do tema.

Desta forma, ao analisarmos as respostas dos (as) professores (as) participantes desta pesquisa, pudemos fortalecer a relevância deste trabalho e suas potencialidades. Além de contribuir com possíveis temas a serem tratados na cartilha, mesmo que tratemos de um pequeno recorte de uma equipe docente, foi de encontro com análises de outros trabalhos sobre o tema e reforçou a necessidade da construção de material didático acessível para o público docente compreender conceitos importantes para a desconstrução de preconceitos e para reflexão e ação da prática docente.

3.2 Grupo focal: percurso para a construção da cartilha

Conforme apresentado no início deste capítulo, a construção da cartilha será realizada de maneira coletiva através da colaboração de um grupo composto por docentes que atuam em uma escola estadual da Zona Sul de São Paulo e atende estudantes de ensino médio. Além da disponibilidade para participar do grupo, um importante critério para a escolha dos participantes desta etapa foi a não restrição a uma área de conhecimento, sendo assim os (as) professores (as) que compuseram o grupo focal fazem parte das áreas de Ciência Humanas e Linguagens.

O grupo contou com três docentes, uma professora de Sociologia, e mestre em Ensino deste componente, um professor e mestrando em Ensino de Sociologia e um docente de Língua Portuguesa. Na primeira reunião com o grupo, que aconteceu em

meados do mês de setembro de 2023, foi detalhada a metodologia do trabalho e o objetivo da cartilha, a proposta do grupo focal e uma sugestão de um roteiro de trabalho a ser discutido coletivamente.

Neste primeiro encontro, além da discussão sobre as estratégias de trabalho, foram abordadas as dificuldades vivenciadas por estes docentes em sua unidade escolar, especialmente em relação à questão da diversidade sexual e de gênero. Relataram que os casos de preconceito e desrespeito à comunidade LGBTQIA+, especialmente contra os (as) estudantes trans, são recorrentes e mostraram-se motivados a contribuir para a construção de um material para seus pares que, segundo eles, são um grupo que contribui para a manutenção de um ambiente escolar hostil à população trans.

Apresentamos a proposta de envio periódico de sugestões de materiais para compor a cartilha a fim de serem analisados e modificados pelos participantes e visando facilitar a comunicação do grupo, um grupo de WhatsApp seria criado e o compartilhamento das informações seria feito por este meio. No final do mês de outubro foi encaminhada a primeira parte do material para análise dos participantes e foi sugerido um prazo de um mês para estudo e ajustes.

No entanto, apesar do comprometimento do grupo com a proposta, não foi possível realizar a análise no prazo sugerido e os desafios ao trabalhar com docentes, neste âmbito, ficaram evidenciados pela escassez de tempo para se dedicar ao projeto e pelo desgaste decorrente da rotina escolar, especialmente numa Escola de Tempo Integral. Sendo assim, foi necessário realizar uma pausa até o final do período letivo para retomar o diálogo em período posterior, o que aconteceu no início do mês de janeiro de 2024.

Neste período de recesso foi possível acrescentar informações ao material proposto e reenviá-lo ao grupo. O conteúdo consistia em iniciar a cartilha com dados estatísticos sobre a violência escolar motivada pela discriminação em função das diferentes identidades de gênero e orientação sexual. Além disto, compartilhamos relatos de estudantes LGBTQIA+, contidos na Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 e no documentário *Depois da Tempestade: LGBTfobia na escola*, relatando as violências que sofreram na fase escolar. Por fim, inserimos uma reflexão sobre a construção dos papeis de gênero a fim de contribuir para a

compreensão sobre o papel da cultura e da sociedade na formação dos padrões sociais de gênero e dar início a uma proposta de desnaturalização das percepções sobre a constituição do ser homem e mulher e, consequentemente, da possibilidade de haver uma diversidade fora de um padrão determinado.

A nova versão do material foi encaminhada aos participantes do grupo no início de janeiro de 2024 e ficou acordado que na segunda quinzena deste mês seria realizada uma reunião para leitura coletiva e discussão em relação ao conteúdo compartilhado. Neste encontro, ao analisarmos o material construído, um dos participantes destacou a necessidade de utilizar recursos gráficos que enfatizassem os momentos de diálogo e reflexão da cartilha, além disto, em relação ao tratamento em relação à população trans, foi colocado a importância de incluir no material a forma mais adequada de receber e tratar os (as) estudantes transgênero, transexual ou travestis.

Outra sugestão dos participantes do grupo focal foi a inserção de estudos de caso os quais demonstrassem situações hipotéticas, porém, como demonstrou a pesquisa sobre o ambiente escolar incluída neste trabalho, calcadas na realidade da população trans para ampliar a percepção dos (as) docentes sobre os desafios encontrados por este grupo. Outro aspecto enfatizado por um dos participantes foi a ênfase na desconstrução e desnaturalização da ideia de que haja opção em relação à identidade de gênero ou orientação sexual, aspecto que fica evidente ao nos depararmos, com alguma frequência, com a expressão “opção sexual”, ao invés de orientação.

Ao final desta reunião, ficou acordada a inserção das sugestões discutidas pelo grupo e, além disto, foi colocada em pauta a finalização da cartilha, compartilhamento do material por WhatsApp para análise e um último encontro para leitura coletiva e ajustes que os participantes acharem necessários.

Sendo assim, seguindo o roteiro acordado em grupo, após o conteúdo relacionado à construção dos papeis sociais de gênero, foram incluídas as definições sobre as diferentes identidades de gênero e orientação sexual a fim de permitir aos (às) professores (as) acessarem um quadro síntese sobre estes dados essenciais para compreender a diversidade sexual e de gênero presente na sociedade e, consequentemente, nas unidades escolares. Conforme sugestão dos participantes do

grupo focal, inserimos questões que têm como objetivo desconstruir o senso comum relacionado ao tema, como o conceito de opção ao invés de orientação sexual, além disto, informamos sobre a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual e que como a pessoa expressa o gênero não está atrelada à orientação sexual.

Outro aspecto destacado no encontro com o grupo, para iniciar a discussão sobre os (as) estudantes trans, foi a inserção dos estudos de caso, o objetivo, conforme mencionamos anteriormente, é o de ampliar a percepção do (a) docente sobre as dificuldades desta população, ou seja, é uma oportunidade de trabalharmos sob o viés da empatia porque a ausência desta perspectiva pode se configurar como uma perda da oportunidade de abordar as diferenças conforme demonstra Reis (apud SOARES e FONTES, 2019, p. 34-35):

> quando não nos propomos a trabalhar a empatia com a diferença de corpos que bailam, escorregando pelas normatividades, quando colocamos a 'criança viada' no lugar do riso perverso, do exagero, nos alienamos a esses corpos que nos entregam de bandeja a possibilidade de trabalhar a diferença.

A partir desta abordagem oportunizar uma reflexão em relação à importância de uma educação para a diversidade sexual e de gênero. Em seguida, para iniciar a discussão relacionada ao nome social, a estratégia do estudo de caso foi utilizada com o objetivo de permitir aos (às) professores (as) visualizarem uma situação recorrente no espaço escolar e, no decorrer da cartilha, perceberem os problemas decorrentes do desrespeito ao nome com o qual a pessoa se identifica.

Em relação a este tema, optamos por argumentar sobre a importância do tratamento pelo nome social utilizando as legislações vigentes no âmbito federal e do Estado de São Paulo, no entanto, a partir de uma perspectiva dialógica, enfatizamos os aspectos que visam a proteção dos (as) estudantes trans de tratamentos constrangedores e que considerem o lugar de sujeitos de direitos daqueles menores de 18 anos e estão inseridos em grupos familiares que demonstram não aceitar sua identidade de gênero.

Além da questão envolvendo o nome social, propusemos um diálogo sobre o uso dos banheiros com foco na desconstrução da ideia de que as pessoas trans praticariam violência contra o público cisgênero ao utilizar estes espaços apresentando dados que mostram o oposto, pessoas trans que utilizam banheiros não correspondentes a sua identidade de gênero estão mais expostas a sofrer violência.

Por fim, enfatizamos a importância do diálogo com a população trans, com foco na escuta ativa e no atendimento de suas necessidades, tanto em relação ao tratamento pelo nome social, no caso dos menores de 18 anos que não têm a aprovação da família, o trato oral, quanto o uso dos banheiros. Outro aspecto contemplado por esta cartilha foi as sugestões de abordagens possíveis com os responsáveis pelos (as) estudantes trans, destacando a importância em considerar os limites colocados pelo (a) discente e a promoção de um diálogo focado na sensibilização da família sobre as necessidades daquele (a) jovem em ter sua identidade respeitada e as contribuições disto para sua permanência no espaço escolar.

Após a construção do conteúdo, realizamos a formatação da cartilha com a inclusão da capa, apresentação, sumário, referências e um glossário, neste caso com as expressões utilizadas no decorrer do texto sem uma definição para compreensão do leitor. O envio desta versão para o grupo focal foi feito no início do mês de fevereiro para discussão em um novo encontro na segunda quinzena do mês.

Sendo assim, conforme combinado com o grupo, a reunião aconteceu e os objetivos centrais eram a apresentação da cartilha na íntegra e a coleta da análise dos participantes, a partir das experiências na unidade escolar de atuação, em relação ao potencial formativo do material. Após uma leitura coletiva do conteúdo, um dos participantes destacou a pertinência da utilização de questões para reflexão, especialmente ao abordar as legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com sua análise, a estratégia escolhida permite ao (à) leitor (a) refletir sobre o tema levando-o à construção de ações que possam contribuir para qualificar o trabalho e, sobretudo, o tratamento em relação aos (às) estudantes trans.

Além disto, o grupo destacou que os estudos de caso fictícios inseridos na cartilha permitem identificarmos histórias recorrentes compartilhadas por seus estudantes da comunidade LGBTQIA+ e têm o potencial de permitir que o (a) docente acesse as dificuldades, dores e discriminações vivenciadas pela comunidade trans no ambiente escolar.

Por fim, houve a sugestão da inserção, nas considerações finais, de um maior detalhamento das experiências da autora deste material no desenvolvimento do trabalho sobre a diversidade sexual e de gênero em uma Diretoria de Ensino,

especialmente as dificuldades vivenciadas pela resistência em relação às orientações para a melhor acolhimento dos (as) estudantes trans no espaço escolar. De acordo com os (as) participantes, o compartilhamento destas vivências contribui para a compreensão sobre a pertinência e o lugar onde foram estruturadas e aplicadas os conhecimentos, sugestões e estratégias contidos na cartilha. Encerrado o trabalho com o grupo focal, acordamos que as alterações seriam feitas e o material final seria compartilhado com todos os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da construção deste trabalho foi marcado por diversos desafios e dificuldades. Conforme compartilhado no início deste trabalho, abordar a temática da diversidade sexual e de gênero nas unidades escolares é complexo e pensar em um material que dê subsídios para os (as) docentes suscitou uma série de reflexões e angústias. Não apenas esta questão, mas os obstáculos que qualquer docente ou profissional da Educação enfrenta para construir conhecimentos em âmbito acadêmico, como por exemplo, jornada excessiva de aula e um cotidiano marcado por diversas burocracias, foram outros aspectos que tornaram a construção da cartilha ainda mais desafiadora.

No entanto, evidenciar estas dificuldades é relevante porque a opção pelo apoio e contribuição de um grupo focal composto por professores (as), neste trabalho, nos convida a pensar no desafio que é para um docente seguir o caminho da reflexão-ação. Porém, a vivência de cada um foi de extrema importância para trazer relevância ao conteúdo produzido e verdadeiro apoio para aqueles e aquelas que estão no chão de sala de aula lidando com realidades e subjetividades diversas. Ou seja, além de utilizarmos a perspectiva da educação transgressora para pensarmos a construção do conhecimento de uma educação para a diversidade, compreendemos que o processo precisava ser permeado pelas vivências, subjetividades e experiências de professores e professoras.

Apesar da escassez de tempo, problemas nas unidades educacionais provocados por tensões envolvendo sujeitos favoráveis e contrários às tratativas em relação ao público LGBTQIA+ e demandas relacionadas ao projeto de Educação vigente, a construção de uma cartilha, com o apoio de professores (as) e a coleta de suas visões, angústias e inseguranças, se mostrou importante e necessário.

Neste percurso, pudemos refletir sobre as violências vivenciadas pela comunidade LGBTQIA+ no espaço escolar, especialmente o público trans, e o potencial que uma educação para a diversidade tem para transformar esta realidade. A educação transgressora de bel hooks contribuiu nesta trajetória por mostrar a importância de pensarmos o currículo e uma escola permeados pela diversidade de pensamento, epistemologias e subjetividades. Contribui com uma perspectiva de Educação na qual docentes e discentes acessam suas próprias subjetividades e que

estas possam contribuir para o fortalecimento da relação pedagógica e trazer um significado maior à aprendizagem.

Além disto, este trabalho pôde externalizar não apenas ideais relacionados a uma educação para a diversidade, mas dar visibilidade a um público esquecido e invisibilizado na sociedade e, consequentemente, na escola e sobre como podemos contribuir para uma efetiva cultura de inclusão nas escolas brasileiras, ao que tange as pessoas com identidades de gênero que desafiam o padrão hegemônico e normatizado pela sociedade na qual estamos inseridos (as).

Por fim, é necessário destacar que este trabalho é um produto do PROFSOCIO e as discussões promovidas dentro do programa contribuíram para ampliar a necessidade de desnaturalizar modelos socialmente determinados, refletir sobre a realidade social e educacional em que estamos inseridos (as) e, principalmente, nos constituirmos como sujeitos reflexivos, no âmbito educacional, e possíveis agentes de transformação social. As contribuições destacadas permeiam toda a trajetória da construção desta cartilha e os objetivos almejados, a partir disto, são o de ampliar as reflexões e de subsidiar ações para a efetivação de uma transformação de uma cultura de exclusão, preconceito e violência nas relações de gênero por outra voltada à compreensão, aprendizado e acolhimento das diferenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléia de. bell hooks. Blogs de Ciências da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v. 7, n. 2, p.21-33, 2021. Disponível em: < https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/2021/04/28/bell-hooks/ > Acesso em: 20 jul. 2023.

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. Grupo Focal – Estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. Cogitare Enfermagem, Curitiba. v. 9, n. 1, p. 9-14, 2004. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1700 . Acesso em: 10 mar. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em:< https://educacaointegral.org.br/materiais/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BENTO, Berenice Alves de Melo. O que é Transexualidade. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf >Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm >Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Resolução n° 12, de 16 de janeiro de 2015 . Brasília, DF [2020]. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/resolucao_cndc_lgbt_n12_2015__parecer_ref_identidade_de_genero_na_educacao.pdf . Acesso em: 10 ago. 2022.

CARUSO, Gabriela. O vazio deixado pelas referências que se vão – Ou: perdemos bell hooks. **FGV**, 2021. Disponível em: < https://direitorio.fgv.br/noticia/o-vazio-deixado-pelas-referencias-que-se-vao-ou-perdemos-bell-hooks >. Acesso em: 20 jul. 2023.

DAYRELL, J. CARRANO, P. MAIA, C. L. Juventude e ensino médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro- completo_juventude-e-ensino- medio_2014.pdf> Acesso em 13 ago. 2022.

DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em:< https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2022.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LINS, Beatriz; MACHADO, Bernardo; ESCOURA, Michele. Diferentes, não desiguais: A questão de gênero na escola. 1. ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuição. Educação & Sociedade, n 78, p.15-36, abril, 2002. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXY5y7mFRqRJX7m/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20grande%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Sociologia,moralmente%20carregada%20de%20m%C3%A9rito%20pessoal.> Acesso em: 13 ago. 2022.

NOGUEIRA, Sayonara. Os avanços e retrocessos do ensino de gênero e sexualidade em sala de aula no Brasil. Curso Educar para Prevenir. Instituto Matizes, 2021.

OLIVEIRA, Fábio A. G.; RODRIGUES, Liliana. Por uma educação TRANSgressora e TRANSfeminista: possíveis enfrentamentos à produção das ausências através da disciplinarização e subjetivação. Aprender – Caderno de Filosofia e psicologia da Educação, n 20, p.83-102, 2002. Disponível em: < https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4553/3590 > Acesso em: 18 jan. 2024.

ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. Cadernos Pet de Filosofia, n 2, p.59-103, agosto, 2020. Disponível em: < https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171/41349> Acesso em: 13 ago. 2022.

SÃO PAULO. Deliberação CEE N° 154/2017. Dispõe sobre alteração da Deliberação CEE nº 111/2012. São Paulo: Conselho Estadual de Educação, [2017]. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.ceesp.sp.gov.br/ceesp/textos/2017/651-06%20Delib-154-17-Indic-160-17-.pdf > Acesso em: 13 ago. 2022.

SÃO PAULO. Lei nº 12.284, de 22 de fevereiro de 2006. Incluir no currículo do ensino fundamental e médio a crítica da violência doméstica e da discriminação de raça, gênero, orientação sexual, origem ou etnia. São Paulo: Secretaria da Educação,

[2006]. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12284-22.02.2006.html#:~:text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,orienta%C3%A7%C3%A3o%20sexual%2C%20origem%20ou%20etnia > Acesso em: 13 ago. 2022.

SÃO PAULO. Resolução SE nº 45, de 18-08-2014. Dispõe sobre o tratamento nominal de discentes transexuais e travestis, no âmbito da Secretaria da Educação. São Paulo: Secretaria da Educação, [2014]. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/45_14.HTM?Time=27/08/2022%2017:06:14 > Acesso em: 13 ago. 2022.

SILVA, Francisca V. *et al*. A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/187952/173575 . Acesso em: 13 fev. 2024.

SILVA, Rodrigo G.L.B., *et al*. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo, v. 26, p.364-372. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052/109664 . Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, I. L. F.; NETO, H. F. A. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). Revista Espaço do Currículo, 20 abr. 2020. v. 13, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51545> Acesso em: 13 ago. 2022.

SCHMITZ, Alberto. Mortes violentas de LGBT+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2022. **Grupo Dignidade**, 2023. Disponível em: < https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/ >. Acesso em: 14 dez. 2023.

SOARES, Mayana R; FONTES, Ramon. Pedagogias transgressoras. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação à Distância, 2019.

SOUSA, Fabiana R. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. Práxis Educativa, v. 16, p. 1-18, 2021.

Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16462/209209213880 . Acesso em 10 dez. 2023.

STRYKER, Susan. Saberes (des)sujeitados: uma introdução aos estudos transgênero. Ponto Urbe, p. 1-19, 2021. Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/10778 . Acesso em: 11 nov. 2023.

ANEXO – *LINK* DA CARTILHA NA VERSÃO COM *HIPERLINKS* E NA ÍNTEGRA COM *QR CODES*

ANEXO A – Cartilha na versão com os *hiperlinks*.

https://encurtador.com.br/zgFMj

ANEXO B – CARTILHA

Fonte: todas as ilustrações feitas no Canva, 2024

Transgeneridade: cartilha para uma reflexão crítica e inclusiva

Desenvolvida pela Mestra em Ensino de Sociologia
Vanessa de Souza Silva

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Vanessa de Souza
Transgeneridade : cartilha para uma reflexão crítica e inclusiva / Vanessa de Souza Silva. -- São Paulo : Ed. da Autora, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-01-03076-0

1. Direitos humanos 2. Diversidade sexual 3. Educação 4. Gênero e sexualidade 5. LGBTQIAP+ - Siglas 6. Prática pedagógica 7. Professores - Formação I. Título.

24-207830 CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Diversidade sexual : Relações de gênero : Sociologia 305.3

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Apresentação

No desenvolvimento do trabalho envolvendo a diversidade sexual e de gênero em uma Diretoria Estadual de Ensino na capital de São Paulo, foi possível observar que entre as equipes docente e gestora havia dificuldades em abordar a temática de gênero e, consequentemente, de lidar com os (as) estudantes LGBTQIA+, especialmente o público transgênero, transexual ou travesti de suas unidades escolares.

Além do conhecimento insuficiente conceitual e legal, os mesmos preconceitos que permeiam a sociedade em relação à população LGBTQIA+ estavam presentes entre o público escolar, incluindo os (as) professores (as), gestores (as) e funcionários (as). No entanto, como profissionais da Educação acreditamos no conhecimento como uma forma eficaz para desconstruir preconceitos e construir uma sociedade que respeite e valorize a diversidade.

A partir desta situação, surgiu a ideia de construir a cartilha *Diversidade Sexual e de Gênero: Transgeneridade – Cartilha para uma reflexão crítica e inclusiva* que é resultado de um trabalho coletivo, ou seja, foi construída com o apoio de um grupo focal constituído por três docentes da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, e é o produto final do Programa de mestrado PROFSOCIO pela UNESP – Marília.

Este material tem como objetivos contribuir para a construção de conhecimentos relacionados à diversidade sexual e de gênero, permitir aos (às) professores (as) desnaturalizarem os padrões sociais de gênero, isto inclui suas próprias experiências como homens e mulheres, e, sobretudo,

compreenderem a importância de respeitarem os direitos dos (as) estudantes trans e contribuírem para a construção de uma cultura de acolhimento para este público a fim de garantir que conclua o ensino básico e tenha garantido o direito à educação.

Desejamos que este material alcance seus objetivos e contribua para ampliar os olhares, conhecimentos e sensibilidades em relação a um público sujeito à discriminação, exclusão e, consequentemente, à negação de sua cidadania.

Vanessa de Souza Silva

(Mestra em Ensino de Sociologia pela UNESP – Marília)

Sumário

6. Para começo de conversa ...

10. Por fim ...

12. Sexo, gênero e sexualidade (conceitos)

17. O que é diversidade sexual e de gênero?

24. Qual é o seu nome?

25. Vamos lá: O que é nome social?

29. E sobre os banheiros, como respeitar os meninos e meninas trans na utilização de espaços segregados por gênero?

37. Entre parênteses

39. Para conhecer ...

40. Considerações finais

41. Referências

44. Glossário

Para começo de conversa ...

Segundo a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 (*QR Code* da Pesquisa, abaixo):

A maioria dos/das estudantes LGBT relata a utilização desenfreada de comentários LGBTfóbicos na instituição educacional, e este comportamento contribui para um ambiente de aprendizagem que é hostil para essa população. Se as autoridades da instituição educacional intervêm pouco quando ouvem comentários preconceituosos na instituição educacional, isto pode transmitir para os/as estudantes a mensagem de que os comentários LGBTfóbicos são tolerados. Além disso, pode ser que os/as próprios/as professores/as e funcionários/as estejam servindo de modelos de comportamentos inadequados e legitimando a utilização de comentários LGBTfóbicos, uma vez que a maioria dos/das estudantes já ouviram professores/as / funcionários/as da instituição educacional fazendo comentários LGBTfóbicos em algum momento. (2016, p. 32)

Alguns relatos:

Em minha opinião, os estudantes estão muito melhor preparados para lidar com LGBT do que professores/funcionários. Em 2015 sofri preconceito por parte da diretoria da escola, teve situações que eles constrangeram uma de minhas amigas por minha causa, dizia que eu não podia abraçar minha amiga pois eu influenciaria as outras pessoas a serem gay também (falaram como se fosse opcional ser lésbica, além de insinuar que não é uma coisa boa). A escola que contou à minha mãe sobre minha orientação sexual sem eu permitir, além de espalharem para os professores/estudantes sobre minha depressão e ansiedade. Por parte dos estudantes teve comentários sobre minha sexualidade, mas já não ouço muito sobre o assunto. Quando me assumi para

minha sala foram super a favor e sempre me apoiaram. (depoimento de uma estudante lésbica, 16 anos, estado de São Paulo). (2016, p. 34)

Sofri segregação de professores e estudantes da instituição, bem como fui motivo de chacota durante todo o ensino fundamental e médio por gostar de dançar, ser muito feminina e apanhei muito em casa por isso, além de meu padrasto ter me colocado para trabalhar em duas oficinas mecânicas ainda na adolescência "para ver se eu tomava jeito de homem". (depoimento de uma estudante trans, 17 anos, estado da Bahia). (2016, p. 40)

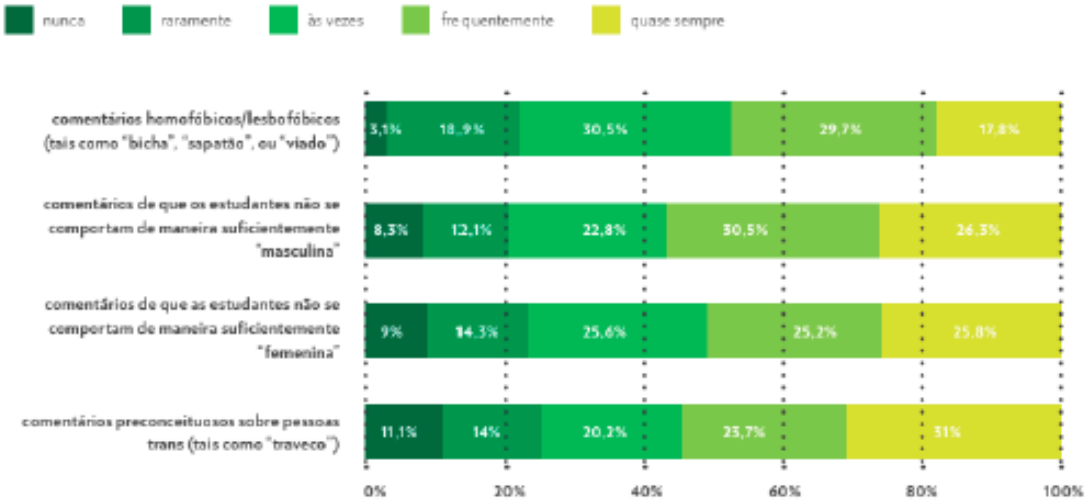
Não sou respeitado como homem trans e muito menos meu nome social. (depoimento de estudante trans, 15 anos, estado de Pernambuco). (2016, p. 34)

Depoimento da Melissa, mulher trans, no documentário Depois da Tempestade: LGBTfobia na escola (*QR Code* do documentário, abaixo):

Eu era a única pessoa diferente da escola, então eu acabava sofrendo toda essa pressão, esse bullying. Eu era aquilo que não poderia ser que não deveríamos. A gente, muitas vezes, tinha que passar por muita coisa, muita humilhação pra poder permanecer nesse espaço. Desde a lista de chamada, que faz você se constranger com o seu nome de registro, até possíveis agressões então eu acho que é difícil a gente querer estar ali, né? A maioria da evasão escolar acontece porque esse processo educacional acontece no mesmo período em que a gente transita. Então a negação de direitos é o assassinato social, né? Não é um suicídio, a gente não se suicida socialmente, a gente é assassinada quando temas como a

Alguns dados sobre a LGBTfobia nas instituições escolares e seu impacto na permanência dos (as) estudantes que fazem parte desta comunidade:

FREQUÊNCIA COM QUE OS/AS ESTUDANTES OUVEM COMENTÁRIOS CONTRA LGBT NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

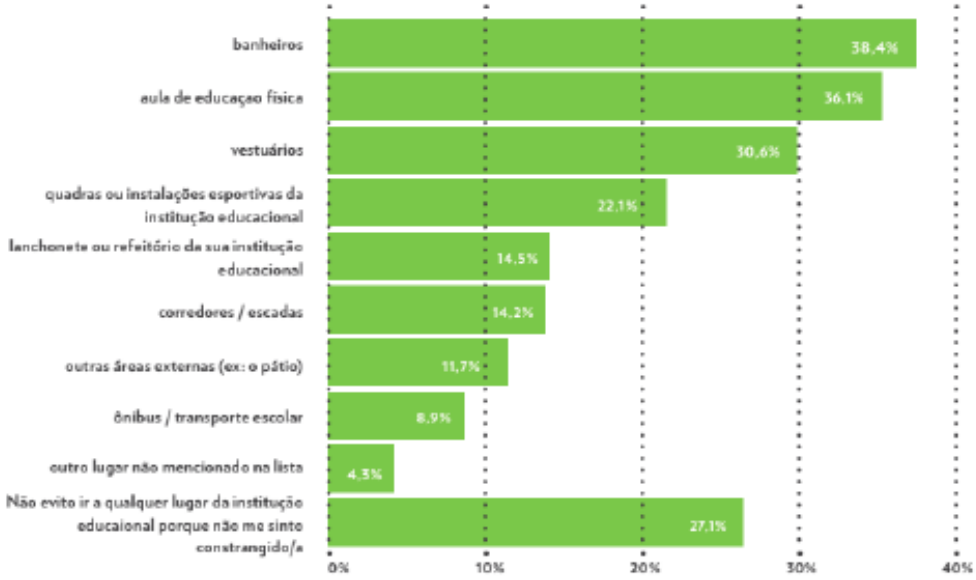


Fonte: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, 2016.

Ou seja, focando nos (as) estudantes transgênero é possível constatar que mais de 50% do grupo entrevistado convive com comentários transfóbicos na instituição educacional.

FIGURA 1.2. PERCENTAGEM DE ESPAÇOS EVITADOS POR ESTUDANTES LGBT PORQUE SE SENTEM INSEGUROS/AS OU CONSTRANGIDOS/AS

"Quais dos seguintes espaços na instituição educacional você evita porque se sente constrangido/a ou inseguro/a nêles?"



Fonte: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, 2016.

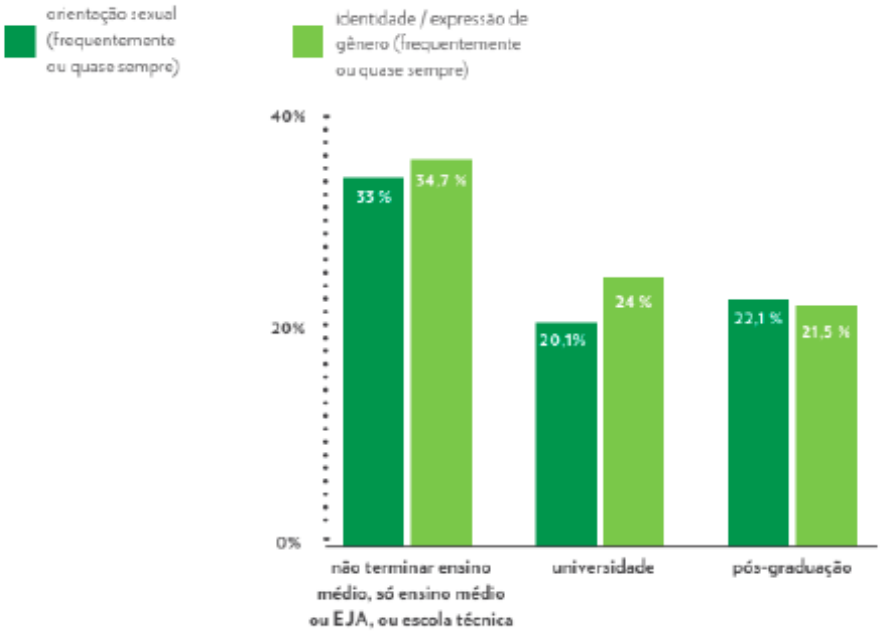
Em sua escola, os espaços segregados por gênero são seguros para os (as) estudantes trans?

Você acredita que os (as) estudantes transgênero se sentem seguros (as) em sua escola?

Já pensou sobre isso?

Por fim ...

FIGURA 1.20. ASPIRAÇÕES EDUCACIONAIS E AGRESSÃO VERBAL



Fonte: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, 2016.

> *Os/as estudantes que vivenciaram discriminação mais severa por motivo de orientação sexual ou identidade / expressão de gênero se sentiam menos pertencentes à instituição educacional que aqueles e aquelas que vivenciaram discriminação menos severa na instituição educacional. [...]*
>
> *De modo geral, estes achados ilustram que talvez a discriminação direta possa resultar em instituições educacionais menos acolhedoras e desfechos educacionais mais negativos para estudantes LGBT. (2016, p. 48)*

O que alguns professores (as) de uma escola estadual da Zona Sul de São Paulo compartilharam sobre as dificuldades e necessidades relacionadas à temática de gênero:

No ambiente escolar um dos grandes desafios do educador é compreender e apoiar o estudante na sua individualidade, sabendo que por muitas vezes os responsáveis não se colocam na posição de apoiadores dando o suporte necessário para o enfrentamento da discriminação tão preponderante na sociedade brasileira. Uma grande dificuldade é o enfrentamento e combate diário a transfobia.

Professora Lourdes*

Acredito que devemos desenvolver mais projetos, ações e conteúdos com o objetivo de desmistificar, esclarecer e dar amplo acolhimento, espaço e visibilidade pra esta comunidade que deve, cada vez mais, se sentir igualmente pertencente à sociedade.

Professor Paulo

Há uma pressão conservadora muito grande por parte da comunidade escolar e dos pais, muitas vezes fazendo com que este tema seja considerado como um assunto imoral ou até mesmo doutrinário. Isto faz com que os professores se sintam inseguros em relação ao tema, além da falta de incentivo por parte do governo na formação de docentes para trabalhar com o tema e a ausência de materiais que abordem o assunto.

Professora Luana

*Nomes fictícios

Partindo destes relatos é possível compreender que há a necessidade de abordar a diversidade sexual e de gênero no espaço escolar e, se possível, estender esta discussão à comunidade com o objetivo de mitigar preconceitos e condutas de discriminação contra a população LGBTQIA+.

A partir disto, você sabe o que é gênero, sexo, identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero?

Sexo, Gênero e Sexualidade (Conceitos)

Sexo é tudo aquilo que está relacionado às características físicas de um ser humano. O órgão sexual, o genoma, o formato do corpo, dos seios, enfim, tudo aquilo que é característica relacionada diretamente à materialidade. Assim, teríamos pessoas do sexo masculino e do sexo feminino. (BORTOLINI, 2014)

O conceito de **gênero**, por outro lado, está ligado às produções culturais e sociais, construídas historicamente. [...] Para além de uma ideia de diferenças explicadas basicamente pela anatomia ou fisiologia "naturais" de homens e mulheres, esse conceito fala sobre as relações de poder que produzem masculinidades e feminilidades. (BORTOLINI, 2014)

Sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida; ela engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem sempre todas elas são vividas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais. (OMS, 2020)

Ou seja, a maioria das nossas performances sociais tem relação com o nosso corpo físico ou com as produções culturais e sociais?

Um exercício para reflexão:

Reflita e registre as atitudes, funções, características e comportamentos associados a homens e mulheres em nossa sociedade.

Fonte: Freepik, 2024

A partir do que foi registrado:

Dos comportamentos, atividades, funções e características atribuídos ao masculino e ao feminino, quais podemos afirmar que são inatos, ou seja, existem por ser um dado biológico? E quais podemos entender que são culturais, ou seja, são construídos socialmente e atribuídos aos homens e às mulheres?

PROFESSOR, você acredita ...

que por sua condição de homem, não tem o direito de externalizar fraqueza, medos e sensibilidade?

que por ser homem, não pode ter vínculos de amizade com homens gays por que isto colocaria em dúvida sua heterossexualidade?

que por ser homem, é o único responsável por sustentar sua família?

PROFESSORA, você acredita:

que por ser mulher, é a única responsável pelos cuidados dos filhos e da casa?

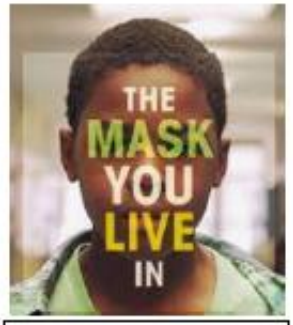
que por ser mulher, tem culpa quando é vítima de assédio?

que por ser mulher, não pode se interessar por Matemática, Física ou Tecnologia?

vocês acreditam que tem apenas uma forma de ser homem ou mulher? Que homens e mulheres não podem agir, pensar ou viver fora dos padrões socialmente construídos de masculinidade e feminilidade?

Se concluirmos que não tem uma forma de ser homem e mulher, poderíamos considerar a possibilidade de existir diferentes identidades de gênero e orientação sexual?

Para aprofundar os conhecimentos sobre a construção dos papeis de gênero e suas consequências:



Fonte: site Adoro Cinema, 2024.

Neste documentário é discutido o papel da sociedade na imposição de um modelo de masculinidade e seus impactos na construção das subjetividades de homens e meninos. 1h 37min /Direção: Jennifer Siebel Newsom/Roteiro: Jennifer Siebel Newsom. Acesso em Netflix. 2015.

Fonte: site Revista Cláudia, 2016.

Nesta campanha, com foco no combate ao machismo, temos os depoimentos de mulheres jovens relatando suas experiências em uma sociedade machista. Agência Énois. 2015. Abaixo o *QR Code* do You Tube:

1. ENTRE O AZUL E O COR-DE-ROSA: NORMAS DE GÊNERO

Você já ouviu frases como "menino não chora" ou "toda mulher quer ser mãe"? Ou então "mulher não tira carteira de motorista, tira porte de arma"?

São populares as expressões e os pensamentos que partem do que se concebe como feminino e como masculino para explicar comportamentos ou torná-los piadas. É comum também, nas escolas, ouvirmos frases como "menina é vaidosa", "menino é mais agitado" ou "menina amadurece mais cedo" para explicar diferenças entre meninos e meninas.

Entretanto, quando associamos um comportamento específico a um grupo de pessoas só porque são mulheres, homens, meninas ou meninos, estamos reproduzindo alguns estereótipos de gênero. Em outras palavras, estamos pensando que as diferenças biológicas entre pessoas do sexo feminino e do sexo masculino explicam e justificam diferenças de comportamento na sociedade.

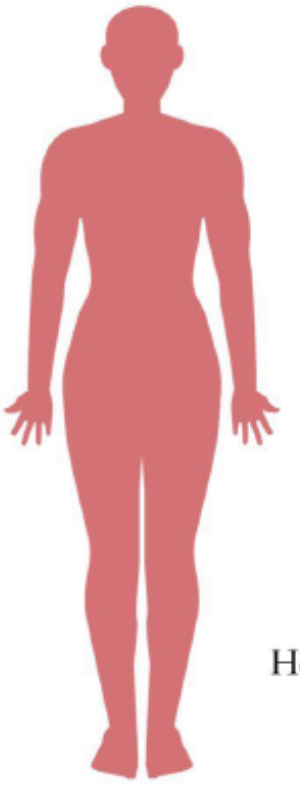
Além disso, se achamos "natural" que mulheres dirijam mal ou que homens não chorem, partimos do pressuposto de que não há diferenças entre os indivíduos do próprio grupo. Se uma mulher for uma motorista exemplar, ela deixa de ser mulher? Se uma menina não gosta de usar batom, ela deixa de ser menina? E se um homem for sensível e emotivo, suas lágrimas o tornam menos homem?

As exceções nos mostram que não é da natureza nem das mulheres nem dos homens se comportarem todos da mesma maneira. Afinal, se fosse o cromossomo Y que definisse que homens não podem chorar, talvez pessoas do sexo masculino nascessem sem a capacidade de produzir lágrimas. Como os homens ouvem desde criança que "menino não chora", será então que esse não é um comportamento rigorosamente ensinado por nossa sociedade, ao longo de anos? Da mesma forma, se muitas mulheres sonham em ter filhos ou adoram se maquiar, será que não é porque desde muito pequenas elas foram ensinadas que "menina é vaidosa" e que "toda mulher deve querer ser mãe"? Será que muito do que somos não é aquilo que a sociedade nos ensinou e espera de nós?

Quando generalizações como essas são repetidas em casa, na igreja, na televisão, na escola ou nas diversas situações do dia a dia, reafirmam-se normas de gênero. Toda vez que uma pessoa diz "isso é coisa de menina", "mulher é assim" ou "homem não faz isso", não está apenas justificando comportamentos a partir da diferença entre os sexos, mas também está ensinando como ela e toda a sociedade esperam que homens, mulheres, meninas e meninos se comportem e limitando suas possibilidades de existir no mundo. (LINS et al., 2016, p.9-10)

Se partirmos do pressuposto de que os papeis de gênero são cultural, histórico e socialmente construídos, precisamos falar sobre cisgeneridade, transgeneridade, homossexualidade, heterossexualidade, etc.

O que é diversidade sexual e de gênero?



Sexo Biológico

Feminino Intersexo Masculino

Identidade de Gênero

Cisgênero Transgênero

Expressão de Gênero

Masculina Não Binária Feminina

Orientação afetivo-sexual

Heterossexual Bissexual Homossexual

Sobre o **sexo biológico**: Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem "machos" e "fêmeas".

Há também pessoas que nascem com uma combinação diferente destes fatores e que podem apresentar características de ambos os sexos. Essas pessoas são chamadas de **Intersexos** (DIVERSIDADE SEXUAL E A CIDADANIA, 2020) – antes conhecidos como hermafrodita, este termo caiu em desuso e tem uma conotação pejorativa.

Sobre **identidade de gênero**: É a percepção íntima que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente do sexo biológico. [...]

Resumindo, é a identificação subjetiva da pessoa, ou seja, é a forma como ela se identifica no mundo e para o mundo. (DIVERSIDADE SEXUAL E A CIDADANIA, 2020):

Cisgênera: pessoa cuja identidade de gênero está alinhada ao seu sexo biológico. Aquelas que são biologicamente mulheres e possuem identidade de gênero feminina ou biologicamente homens que possuem identidade de gênero masculina. (DIVERSIDADE SEXUAL E A CIDADANIA, 2020)

Transgêneros: pessoas cuja identidade de gênero é diferente da esperada para seu corpo — sujeitos nascidos com pênis que têm comportamentos, sonhos e autoimagem femininas; ou nascidos com vagina que têm comportamentos, sonhos e autoimagens masculinas. (LINS et al., 2016, p. 58)

Sobre **expressão de gênero**: É como a pessoa se manifesta publicamente, independente da sua orientação sexual, papel e identidade de gênero, por meio do seu nome, da vestimenta, do estilo de cabelo, dos comportamentos, da forma de falar e/ou linguagem corporal. (DIVERSIDADE SEXUAL E A CIDADANIA, 2020).

Pode ser expressa pelo que se convenciona como feminino, masculino, não binário (não está dentro dos padrões estabelecidos para homens e mulheres) ou andrógino (uma postura social, especialmente relacionada à vestimenta, comum a ambos os sexos).

Sobre o **orientação sexual e afetiva**: É a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa manifesta em relação à outra, para quem se direciona o seu desejo involuntariamente.

Heterossexual: pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do sexo/gênero oposto.

Homossexual (Gays e Lésbicas): pessoa que se sente atraída afetiva e/ ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero.

Bissexual: pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas de ambos os sexos/gêneros. (DIVERSIDADE SEXUAL E A CIDADANIA, 2020)

Atualmente, há conhecimento em relação a pessoas **assexuais** (não sentem desejo sexual) e os **pansexuais** (sentem desejo sexual e afetivo por qualquer pessoa, independente da identidade de gênero e orientação sexual).

Algumas dúvidas frequentes:

Por que não é opção sexual?

Identidade de gênero e orientação sexual são a mesmo?

Mulheres que não se expressam de forma feminina são lésbicas?

É importante compreender que não escolhemos como sentimos e direcionamos nossos afetos e desejos sexuais, logo, não podemos falar de opção e sim, em orientação.

Identidade é como a pessoa se sente e como quer ser vista e orientação sexual tem a ver com desejo e afeto. Daremos um exemplo: uma mulher trans (nasceu com o sexo masculino, porém se sente e quer ser respeitada como mulher) vive um relacionamento com uma mulher, portanto, ela é uma mulher trans lésbica.

A expressão de gênero, como a pessoa se veste, se comporta e etc., não tem relação com a orientação sexual, ou seja, uma mulher que não seja feminina ou um homem que seja masculino não são, necessariamente, homossexuais.

Falando sobre identidade de gênero: ser transgênero, travesti ou transexual em uma sociedade que impõe o padrão binário e cisgênero ...

Imagine que você nasceu em uma sociedade na qual havia uma única maneira de ser homem e mulher. A partir do seu corpo, há expectativas sociais sobre o seu comportamento, como sentir, falar, amar, desejar, etc., ou seja, se é visto como mulher espera-se que deseje a maternidade, o casamento, utilize maquiagem e seja frágil e se for homem, você precisa demonstrar coragem, pouca sensibilidade, poder, controle e etc. Porém, apesar de ter nascido com um órgão genital masculino, não consegue sentir-se homem, não deseja o que os homens desejam, não quer vestir-se como eles e a forma como se identifica e se sente é visto como "anormal", "bizarro", "pecado" e a não aceitação em relação à sua forma de ser te faz vítima de exclusão e violência. Sua família não aceita quem você é e, muitas vezes, age de forma violenta para tentar mudar o seu comportamento, na escola os colegas colocam apelidos ofensivos relacionados à sua aparência e forma de agir e seus professores chamam, insistentemente, por um nome o qual não se reconhece e te constrange diante dos seus amigos e a gestão da escola não permite utilizar os banheiros conforme sua identidade. Todo esse clima de desrespeito afeta sua autoestima e saúde mental, não tem mais vontade de ir à escola, de conviver com seus familiares e teme andar nas ruas por medo de sofrer outros tipos de violência, até uma fatal.

O texto acima é fictício, porém poderia ser a história de qualquer pessoa trans que vive em uma sociedade calcada no padrão cisgênero, como vimos anteriormente, onde o gênero imposto a partir do corpo físico está em conformidade com aquele com o qual a pessoa se identifica.

Você já conviveu com estudantes que relataram uma história parecida? Ele ou ela encontrou acolhimento em sua escola?

Segundo Butler (1990):

Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. (BUTLER apud BENTO, 2008, p. 20)

Ou seja,

Estas identidades divergem da ideia de que exista uma expressão da identidade de gênero dada pela natureza. Ex.: homem naturalmente viril ou mulheres dotadas de instinto ou amor materno.

É possível concluir que o preconceito, violências e exclusão contra o público trans, em vários espaços, seja no público ou privado, está relacionada à crença de que estas pessoas "desrespeitam" um dado da natureza que determina como homens e mulheres existem e se comportam socialmente.

Por que é importante refletir sobre isto, especialmente os (as) profissionais da Educação?

Refletir sobre a construção dos papeis de gênero e desnaturalizar os comportamentos de homens e mulheres poderia contribuir para a desconstrução dos preconceitos contra as pessoas trans?

Uma reflexão que contribui para responder estas questões:

> No contexto educacional, o professor é um sujeito essencial para a inclusão e permanência de alunas travestis e transexuais, visto que este sujeito tem sua função social de despertar no educando sua concepção empática, relacional, de identidade e de respeito perante a sociedade. (VASCONCELOS, 2028, p. 2)

> [...] é preciso ter projetos pedagógicos que todos os sujeitos da escola possam compreender o gênero como uma construção social, cultural, política e histórica, na qual se destaca uma educação pautada na empatia, igualdade e humanidade, pois somente desta forma se consegue construir uma sociedade mais justa. (VASCONCELOS, 2028, p. 6)

Em relação à construção de uma cultura de respeito às pessoas transgênero, travestis e transexuais, vamos começar por um aspecto essencial: **o nome social.**

"Qual é o seu nome?"

Nome. Algo importantíssimo para a construção da identidade do ser humano. O que nos identifica e diferencia das outras pessoas. (GUIA PARA RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NÃO CISGÊNERAS, 2019, p. 6)

Imagine a seguinte situação:

Nádia, 15 anos, uma estudante transgênero, começou a 1ª série do Ensino Médio, porém ainda não possui o nome social retificado porque a família não aceita e respeita sua identidade de gênero, e desde o primeiro dia de aula é chamada por um nome que não reconhece como o seu. A situação é ainda mais complicada por que a estudante é nova na escola e até o momento da chamada, os colegas não sabiam que ela é uma pessoa trans e mesmo que tenha resistido durante algum tempo em responder, acabou sendo questionada por um professor sobre não se manifestar neste momento e um aluno sempre estar ausente nas aulas, e a turma acabou descobrindo que ela não é uma pessoa cisgênero. Depois deste fato, Nádia passou a conviver com olhares desconfiados e, às vezes, "brincadeiras" relacionadas à sua identidade de gênero, situações que geravam desconforto na estudante e falta de vontade de continuar frequentando a escola. Na tentativa de conter essa situação de constrangimento, Nádia resolveu conversar com a gestão da escola e com os (as) professores (as) para solicitar que ao menos verbalmente fosse abordada pelo nome pelo qual se identifica e se reconhece, no entanto ouviu das equipes gestora e docente que não poderiam atender ao seu pedido porque necessitavam da autorização dos responsáveis por ela e, para alguns, respeitar o nome social ia contra suas crenças. *

Você acha que essa tratativa foi a mais adequada para que a estudante Nádia fosse respeitada e acolhida na unidade escolar?

*** As narrativas inseridas nesta cartilha foram construídas a partir da escuta de diversas histórias acessadas em anos de trabalho de orientação para a garantia dos direitos dos (as) estudantes trans nas unidades escolares.**

Vamos lá: *O que é nome social?*

É o nome pelo qual travestis e transexuais, femininos ou masculinos, se reconhecem e preferem ser chamadas (os), enquanto o seu registro civil não é adequado, por via judicial, a sua identidade de gênero. O nome social é construído junto com a identidade e o corpo trans. (NOME SOCIAL NA ESCOLA, p.2)

O que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente **(Lei nº 8.069/90):**

"Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à ***dignidade*** *como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.*

Art. 17. O direito ao respeito consiste na ***inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral*** *da criança e do adolescente, abrangendo a* ***preservação da imagem, da identidade****, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.*

Art. 18. ***É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente****, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor."*

Por que trazer o ECA para esta conversa?

Retomando a situação apresentada no início desta conversa, a estudante Nádia teve sua dignidade e identidade desrespeitadas por não ter o nome com o qual se reconhecia e identificava considerado. Além disto, ao ser forçada a assumir o nome civil diante dos colegas, a estudante foi submetida a uma situação vexatória e constrangedora.

Diante desta situação, temos mais uma questão importante a considerar: **se o ECA traz a perspectiva de que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, entre eles à dignidade e identidade, faz sentido desrespeitar, ao menos no âmbito oral, o nome social porque os familiares não concordam com a identidade de gênero do menor sob sua responsabilidade?**

De acordo com a **Resolução SE 45, de 18-8-2014 (SEDUC SP):**

"Artigo 2º - O direito assegurado aos transexuais e travestis à escolha de nome social, nos atos e procedimentos realizados no âmbito das escolas, que deverá ser usual na forma de tratamento e respeitado por toda a comunidade escolar em conformidade com a legislação pertinente e o disposto nesta resolução.

§ 3º - A pessoa interessada, quando maior de 18 (dezoito) anos, ou o responsável, se menor, poderá solicitar, a qualquer tempo, a utilização do nome social, nos termos da presente resolução, mediante o preenchimento e assinatura de requerimento próprio encaminhado ao Diretor de Escola.

§ 4º - Por ocasião de requerimento de uso do nome social, a inserção deverá ser realizada no Sistema de Cadastros de Alunos e demais sistemas corporativos de registro de dados de alunos e constar nos documentos de circulação internos da escola, no prazo máximo de 7 (sete) dias."

Nesta Resolução, há a orientação do procedimento para a inserção do nome social na documentação interna da escola, porém não orienta sobre os casos em que exista resistência dos responsáveis em relação aos (às) estudantes menores de idade. Logo, ao considerar o ECA podemos inferir que é importante, no âmbito oral, respeitar o nome com o qual o (a) estudante se identifica a fim de preservá-lo (a) de situações vexatórias e constrangedoras.

Além disto, temos uma outra importante resolução, a **Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015:**

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Art. 2º Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

Ou seja, podemos considerar, em respeito às legislações citadas, que a inserção do nome social na documentação interna, no caso dos (as) estudantes menores de 18 anos, precisa da autorização dos responsáveis, porém, em respeito à dignidade, identidade e imagem deste (a) jovem é importante utilizar o trato oral pelo nome social.

Para reforçar a importância desta orientação, temos o seguinte documento (o *QR Code* abaixo traz a Nota Técnica na íntegra):

OAB Comissão Especial de Diversidade Sexual
CONSELHO FEDERAL

Nota Técnica sobre o uso do nome social em escolas e universidades

"A aversão da sociedade à pluralidade de expressões de gênero e da sexualidade atinge muito mais as pessoas trans. Deste grupo, por terem maior visibilidade, as travestis são mais rechaçadas pela família. São expulsas de seus lares e lançadas literalmente à sarjeta. Também são alvo mais fácil do bullying escolar e mais difícil de serem absorvidas no mercado de trabalho. Não por acaso, acabam sendo sempre ligadas à prostituição. Além das travestis, no mesmo "guarda-chuva" de transidentidades estão as transsexuais e intersexuais.

Neste cenário a adoção de políticas públicas educacionais pode melhorar o ambiente social para estudantes, contemplando em especial as pessoas trans. A fim de evitar que o ambiente educacional se torne mais um reduto de preconceito e fobia às identidades de gênero dessa população infanto-juvenil, uma das medidas para reduzir as altas taxas de êxodo escolar é a possibilidade de adoção do uso do nome social.

Porém, **para a adoção do nome social nos registros escolares, não há a necessidade de prévia autorização dos pais ou responsáveis, até porque, usualmente, eles são os que primeiro rechaçam essa condição do filho**.

Tal direito tem amplo respaldo no 227* da Constituição Federal, bem como em vários dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que buscam dar efetividade aos princípios da proteção integral. (COMISSÃO ESPECIAL DE DIVERSIDADE SEXUAL, 2013, p. 1-2)

* art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão

E sobre os banheiros, como respeitar os meninos e meninas trans na utilização de espaços segregados por gênero?

Imagine a seguinte situação

Nádia, estudante trans de 15 anos, vem encontrando dificuldades em utilizar os banheiros dos estudantes. Não se sente à vontade no banheiro masculino porque é uma menina em um banheiro de meninos, já ouviu piadas e "brincadeiras". Ela pediu à equipe gestora para usar o das meninas, porém ouviu da coordenadora que as alunas ficariam constrangidas com sua presença e as famílias não aceitariam e fariam reclamações porque "um menino usaria o banheiro das meninas". A única sugestão da direção da escola foi permitir que usasse o banheiro das pessoas com deficiência, mesmo que não fosse uma opção confortável para Nádia.

Você acha que esta foi a melhor solução para a utilização do banheiro por uma estudante trans?

Desconstruindo o senso comum:

Há a suposição de que as pessoas trans poderiam, eventualmente, praticar alguma forma de violência, neste espaço.

[...] as pessoas trans, estatisticamente, sofrem mais agressões e violências do que as pessoas em geral, inclusive quando são obrigadas (os) a utilizar um banheiro que não corresponde a sua identidade de gênero. (NOME SOCIAL NA ESCOLA, p. 4)

Segundo o Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS brasileiras em 2020 (abaixo o QR Code da pesquisa, na íntegra):

* Ameaça, assédio e agressão devido a identidade de gênero – Fonte: Sayonara Nogueira/ObservatorioTrans

No gráfico acima é possível observar que os banheiros fazem parte dos 5 espaços onde mais há violações de direitos da população trans, logo, é importante proporcionar esse direito, mas garantindo a segurança e o bem-estar deste (a) estudante.

Como contribuir para que os (as) estudantes trans tenham sua identidade e direitos respeitados, especialmente ao que se refere ao nome social e uso dos banheiros?

Para responder esta questão, precisamos refletir sobre a necessidade da realização de um acolhimento dos (as) estudantes trans no espaço escolar.

Começando pelo tratamento destes (as) estudantes:

Mulheres trans = "a", "ela", "dela", etc.

Homens trans = "o", "ele", "dele", etc.

Ou seja,

Ao receber um (a) estudante trans é importante tratá-lo (a) por artigos e pronomes adequados à sua identidade de gênero. **A** garota trans é sempre **ela**, apresentou o seminário **dela**, etc., **o** garoto trans é sempre **ele**, apresentou o seminário **dele**, etc.

Qual é a importância disto?

O uso dos artigos e pronomes correspondentes à identidade de gênero da pessoa trans demonstra respeito ao outro e ao seu lugar no mundo e contribui para que haja acolhimento e fortalecimento da dignidade dos (as) estudantes transgênero, transexuais ou travestis.

Tratar uma garota trans como menina e utilizar os pronomes adequados podem contribuir para que se sinta respeitada naquele espaço e tenha vontade de continuar frequentando a escola.

Junto ao nome social, os artigos e pronomes são essenciais para uma boa recepção do público trans ao espaço escolar e podem contribuir para amenizar o problema da evasão escolar.

E como lidar com a questão dos banheiros?

Impor o uso do banheiro que não esteja alinhado à identidade de gênero da pessoa fere a dignidade e gera constrangimentos. Sendo assim, a melhor forma de garantir condições dignas e igualitárias no espaço escolar é o diálogo com os (as) estudantes transgênero. Nesta conversa, perguntar para a pessoa qual o banheiro ele ou ela se sente mais confortável e seguro (a) em utilizar, oferecer opções e respeitar a escolha feita.

A partir disto, é possível ampliar as possibilidades ...

Retomando a **Resolução SE 45, de 18-8-2014:**

"Artigo 3o - A escola deverá promover, entre os alunos, responsáveis e funcionários, a divulgação das normas constitucionais e legais que asseguram os direitos da pessoa à inserção e à convivência pacíficas no ambiente escolar, sem constrangimento de qualquer espécie e sem discriminação, respeitada sua identidade de gênero e orientação sexual.

Parágrafo único - Deverão ser promovidas, ainda, ações pedagógicas que visem a desconstruir e a superar preconceitos e a prevenir ações discriminatórias relacionadas às diferenças de gênero."

Além de informar sobre os direitos legais destes (as) estudantes, a Resolução traz a necessidade de desenvolver ações pedagógicas que contribuam para a superação dos preconceitos e discriminações relacionadas à diversidade sexual e de gênero, ou seja, é dever da escola abordar estas temáticas e fortalecer o respeito, dignidade e a igualdade no ambiente escolar.

Além da legislação, podemos trazer a nona competência geral da Educação Básica da BNCC (2017, p. 10):

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Tanto as legislações quanto a Base Nacional Comum Curricular trazem como demanda a promoção de uma educação para a diversidade, isto inclui a de gênero e orientação sexual.

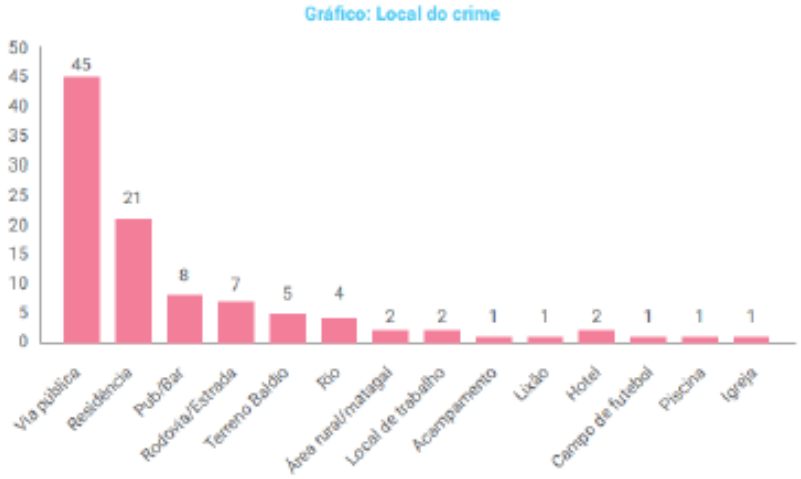
Sendo assim ...

Para tratar desta temática, uma sugestão é utilizar atividades, como a exposta no início desta cartilha, que problematizem os papeis socialmente construído dos gêneros e a partir disto, construir possibilidades pedagógicas que permitam aos estudantes ampliarem o olhar sobre as várias formas de ser, sentir e desejar. É necessário educar-se e como educadores (as), fomentar uma educação da e para a diversidade.

Falamos sobre o direito ao tratamento dos (as) estudantes trans pelo nome social, incluindo os (as) menores de 18 anos. Porém, **como estabelecer um diálogo com as famílias, especialmente aquelas que não respeitam a identidade de gênero do (a) estudante?**

Um dado importante antes de iniciar esta conversa:

Segundo o **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**, nos dados que informam sobre os locais onde crimes contra esta população aconteceram, podemos observar no gráfico abaixo que 21 casos ocorreram na residência da vítima, ficando atrás apenas da via pública:



Autora: NOGUEIRA, Sayonara, 2020.

Os dados acima demonstram que o ambiente familiar ou doméstico pode ser bastante hostil para as pessoas trans, logo, é de extrema importância a escola ter cuidado e cautela ao tratar deste tema com as famílias.

É evidente, retomando as legislações vigentes, que é necessário estabelecer um diálogo com os responsáveis pelos (as) estudantes menores de 18 anos a fim de inserir o nome social na documentação interna.

No entanto ...

É de extrema importância dialogar com o (a) estudante, investindo em uma escuta ativa, com o objetivo de entender a dinâmica familiar e ser um possível mediador desta relação. Falar sobre a identidade de gênero ou orientação sexual de uma criança ou adolescente para uma família que não aceita, pode gerar constrangimentos e até violências. Por esta razão, é imprescindível respeitar o tempo do (a) jovem e assim que houver ocasião propícia, indicar à equipe gestora a necessidade de um diálogo com os familiares.

Como realizar este diálogo com o objetivo de conseguir dos responsáveis o requerimento para a inserção do nome social na documentação interna?

Ao iniciar o diálogo é essencial ouvir a família e acolher suas angústias, no entanto é importante destacar que a intenção daquela conversa é fazer o que for melhor para o desempenho escolar e a saúde emocional e mental do (a) filho (a). É essencial demonstrar para a família que a falta de apoio gera sofrimentos ao (à) estudante e que o requerimento em relação ao nome social é um procedimento que não tem relação com retificação do registro civil*, no entanto, é primordial para a permanência do (a) jovem trans na escola e maior proteção em relação ao *bullying*.

* Ter os documentos constando o nome e marcador de gênero com os quais as pessoas se identificam. (GUIA PARA RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NÃO CISGÊNERAS, 2019, p. 7)

Entre parênteses:

Guia para retificação de registro civil de pessoas não cisgêneras (2019) (Disponível, na íntegra, no QR Code abaixo)

> Este guia tem por objetivo auxiliar pessoas que queiram realizar o procedimento de retificação de prenome e marcador de gênero em seus registros civis no Brasil, também trazendo informações claras sobre este tema para aqueles que tenham interesse em compreender melhor o assunto e a sua importância. (2019, p. 5)

Este diálogo não é fácil e pode demandar paciência e vários momentos de conversa até que a família concorde, porém, **o que fazer quando os responsáveis levam muito tempo para solicitar o requerimento pelo nome social ou não cedem?**

Como vimos anteriormente, a Resolução 45, que vigora no Estado de São Paulo, orienta que nos casos dos (as) estudantes menores de 18 anos é necessário que os responsáveis façam o requerimento para a inserção do nome social na documentação interna da unidade escolar. Porém, em observância ao ECA, nos artigos 17 e 18 tratados nesta cartilha, os quais orientam sobre a preservação da identidade e dignidade da criança e adolescente, além de protegê-los (as) de tratamento vexatório e constrangedor, é importante adotar o **tratamento oral** ao referir-se aos (às) estudantes trans.

Para conhecer ...

Modelo de requerimento para inserção do nome social na documentação interna da unidade escolar utilizado pela SEDUC SP:

REQUERIMENTO DE NOME SOCIAL

A (O)) estudante, nome civil: _____

_____, portador/a

de Cédula de Identidade nº_____, RA nº _____

solicita a inclusão do Nome Social:

_____

nos registros escolares internos e o uso no tratamento com fundamento no

Decreto nº 55.888, de 17 de março de 2010 e na Deliberação CEE 125/14 e

Resolução SEE nº 45 de 18/08/2014.

_____, _____ de _____de 20____.

_____
(Assinatura da/o estudante ou responsável, se menor de 18 anos)

_____
Deferimento da/o Diretor/a

É de extrema importância conhecer este procedimento burocrático, mesmo que seja uma demanda da gestão escolar, para que possamos apoiar e orientar, com mais assertividade, os (as) nossos (as) estudantes transgênero, transexuais ou travestis.

Considerações finais

Neste percurso, tivemos a oportunidade de observar dados que demonstram a existência de diversas violências contra os (as) estudantes LGBTQIA+ no ambiente escolar. Não apenas as análises destes dados nos deram os subsídios para a construção desta cartilha, mas, principalmente, o trabalho desenvolvido na pasta de Diversidade Sexual e de gênero pela Diretoria de Ensino Sul 3.

Os desafios encontrados ao dar visibilidade ao tema, em especial, aos (às) estudantes trans, o apoio dado às equipes escolares em suas dificuldades com a comunidade escolar e os diálogos com a equipe DSG da SEDUC SP foram essenciais para a construção deste material.

Desta vivência, pudemos concluir que se nós professores e professoras tivermos a oportunidade de compreender o que está por trás das violências praticadas contra a comunidade LGBTQIA+ e aprender sobre a diversidade de identidade de gênero e orientação sexual, poderemos contribuir para a construção de uma escola acolhedora para todas, todos e todes.

Sendo assim, na construção desta cartilha, procuramos compartilhar informações e propor estratégias que permitam alcançarmos este objetivo e, se possível, ir além ao ser um material que possa introduzir os (as) docentes nesta discussão e fomentar o desejo de construir uma educação para a igualdade de oportunidades àqueles e àquelas que estão fora dos padrões de gênero impostos por uma sociedade cisgênera e respeito à diversidade de ser, desejar e amar.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015:** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em:< https://educacaointegral.org.br/materiais/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BENTO, Berenice Alves de Melo. O **que é Transexualidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BORTOLINI, Alexandre et al. Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero: Currículo e Prática Pedagógica. Rio de Janeiro:UFRJ, 2014.

BOUERI, Aline B. **Violência contra mulheres trans e travestis começa em casa e continua do lado de fora**. 2019. Disponível em: < https://www.generonumero.media/reportagens/maioria-de-agressoes-mulheres-trans-e-travestis-ocorre-dentro-de-casa-revelam-dados-do-ministerio-da-saude/ > Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf >Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

COMISSÃO ESPECIAL DE DIVERSIDADE SEXUAL DO CONSELHO FEDERAL DA OAB. **Nota técnica sobre uso do nome social em escolas e universidades**. Brasília, 27 de set. de 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237640/nota_tecnica_oab_uso_de_nome_social_nas_escolas.pdf Acesso em: 03 de fev. 2024.

DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2020 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2020. Disponível em:< https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf >. Acesso em: 2 fev. 2024.

GHERINI, Pamela M. M.; VALENTIM, Giovanna. **Guia de retificação do registro civil de pessoas não cisgêneras**. 1ª Ed. São Paulo, SP. 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/guia_retificacao_genero.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

LINS, Beatriz; MACHADO, Bernardo; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: A questão de gênero na escola. 1. ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde Sexual, Direitos Humanos e a Lei**. Tradução realizada por projeto interinstitucional entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Paraná, coordenadores do projeto: Daniel Canavese de Oliveira e Maurício Polidoro - Porto Alegre: UFRGS, 2020.. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/175556/9786586232363-por.pdf. Acesso em: 21 abr. 2024.

SÃO PAULO. Resolução SE nº 45, de 18-08-2014. Dispõe sobre o tratamento nominal de discentes transexuais e travestis, no âmbito da Secretaria da Educação. São Paulo: Secretaria da Educação, [2014]. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/45_14.HTM?Time=27/08/2022%2017:06:14 > Acesso em: 2 fev. 2024.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Diversidade Sexual e a Cidadania LGBTI+. São Paulo: Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, 2020. Cartilha. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf. Acesso em: 03 fev. 2024.

VASCONCELOS, Fábio R. S. Evasão escolar de alunas travestis e transexuais. In: VII SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, III SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, III LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE. 2018, Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. p. 01 – 6.

Glossário

Dimorfismo – *características que diferenciam os homens e as mulheres, podemos citar a presença de seios no sexo feminino e o pomo-de-adão nos homens.*

LGBTFobia – *termo que engloba a homofobia, lesbofobia, bifobia e a transfobia num único termo.*

LGBTQIA+ - *sigla utilizada para se referir às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres e homens transgênero, queer, intersexuais, agênero e outras identidades de gênero e orientação sexual.*

Sobre a autora

Vanessa de Souza Silva é formada em História, especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola pela UNIFESP, Mestra em Ensino de Sociologia pela UNESP e faz parte do grupo de pesquisa em Diversidade Sexual e de Gênero na Escola (NUDISE), na mesma universidade. Atuou como professora de História na rede pública do Estado de São Paulo por dez anos, hoje está como Professora Especialista em Currículo pela Diretoria de Ensino Sul 3.

Contato: nescass27@gmail.com

(11) 96484-8811